



INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

VALDELICE RODRIGUES DE PASSOS OLIVEIRA

ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – *CAMPUS*
PORTO VELHO CALAMA

PORTO VELHO
2024

VALDELICE RODRIGUES DE PASSOS OLIVEIRA

ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – *CAMPUS*
PORTO VELHO CALAMA

Dissertação de mestrado para fins de obtenção do
título de mestra em Educação Profissional e
Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes.

PORTO VELHO

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48a

Oliveira, Valdelice Rodrigues de Passos.

Acolhimento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)
na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFRO – Campus
Porto Velho Calama / Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira, Porto
Velho-RO, 2024.

76 f. : il.

Orientador(a): Profª Dra. Iza Reis Gomes.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Autismo. 2. Educação Especial. 3. Acolhimento. 4. Educação
Profissional e Tecnológica. I. Gomes, Iza Reis (orient.). II. Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III.
Título.

CDD: 371.94

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956 (Campus Porto Velho Calama)

VALDELICE RODRIGUES DE PASSOS OLIVEIRA

ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – *CAMPUS*
PORTO VELHO CALAMA

Dissertação de mestrado para fins de obtenção do título de mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Orientadora e presidente da banca

Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Lopes Ferrari
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Prof.^a Dr.^a Eliane Auxiliadora Pereira
Colégio Militar de Campo Grande (MS)

VALDELICE RODRIGUES DE PASSOS OLIVEIRA

GUIA PARA ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TEA: contribuições do Instituto
Federal de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama

Produto educacional de mestrado para fins de obtenção do título de mestra em Educação
Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Orientadora e presidente da banca

Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Lopes Ferrari
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Prof.^a Dr.^a Eliane Auxiliadora Pereira
Colégio Militar de Campo Grande (MS)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado não poderia ser finalizada sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, agradeço ao meu Deus Todo-Poderoso por Seu cuidado e zelo em todo percurso de realização desta pesquisa.

Em especial, deixo meus agradecimentos eternos à minha orientadora, professora doutora Iza Reis Gomes, pelo acolhimento, zelo, empenho e paciência para que essa pesquisa fosse concluída. Professora, serei eternamente grata, obrigada! O mundo precisa de mais pessoas como você.

Desejo igualmente agradecer aos meus professores do Programa de Mestrado (ProfEPT) Sandra, Xênia, Diego, Josélia, Edilberto, Lediane, Aguinaldo e Iza: suas contribuições foram significativas para a realização desta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer aos colegas de turma e à nossa união para vencermos os desafios. Aconchegamo-nos em um grupo chamado “Mestrandos da NASA”; nesse grupo, compartilhamos as nossas expectativas, que eram acalmadas pelo apoio de todos.

Agradeço aos profissionais do IFRO, carinhosamente aos profissionais do NAPNE, na pessoa da vice-coordenadora Elaine Márcia Souza Rosa, que me forneceu todo o suporte de que precisei e, mesmo sem me conhecer, me ajudou significativamente para que esta pesquisa fosse concluída. Seu carinho pela inclusão na instituição será eternizado em minhas memórias.

Quero agradecer carinhosamente a minha família e meus amigos pelo apoio incondicional que me deram, especialmente ao meu amado esposo, que sempre esteve ao meu lado, sobretudo nas revisões ao longo da elaboração deste trabalho.

À banca avaliadora, agradeço pelas indicações e contribuições sugeridas a esta pesquisa, valiosas para o seu aperfeiçoamento.

ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – *CAMPUS*
PORTO VELHO CALAMA

RESUMO

Incluir pessoas com necessidades especiais tem sido um desafio para a educação; mesmo com a garantia da matrícula e a permanência na escola, não podemos pensar que está tudo resolvido. Falar sobre a inclusão de pessoas em condição de autismo abre espaços para reflexões no campo educacional. Por esse motivo, esta pesquisa pautou-se nas reflexões sobre o acolhimento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na educação profissional e tecnológica (EPT) no Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – *Campus* Porto Velho Calama. Os documentos norteadores das políticas públicas e ações inclusivas para esse público-alvo realizadas pelo IFRO constituíram o objeto de estudo desta pesquisa. A problemática da pesquisa consiste em: como o IFRO – *Campus* Porto Velho Calama se organiza para desenvolver a política de inclusão das pessoas com TEA? Estabelecemos algumas opções metodológicas a partir das contribuições de Gil (1999, 2002), Chizzotti (2000, 2001), Minayo (2001) e Bardin (2016). Os caminhos da pesquisa prosseguiram na abordagem qualitativa à pesquisa aplicada, para gerar um produto que pudesse ser utilizado no contexto escolar. A abordagem escolhida foi a qualitativa por se tratar de uma pesquisa exploratória e descritiva, conforme os objetivos estabelecidos. Para a coleta de dados, optamos: a) pela pesquisa documental, com a possibilidade de analisar documentos oficiais das políticas públicas inclusivas norteadoras pertinentes às pessoas com TEA no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama; b) pela pesquisa participante, que objetivou a aplicação da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados com os profissionais que atuam no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). A escolha do tema foi motivada pela experiência docente na educação básica. Como produto educacional, a proposta foi elaborar um guia para acolhimento de pessoas com autismo no âmbito escolar a partir de evidências científicas. O resultado é a divulgação do material nas redes sociais, nas secretarias de Educação e em eventos da área.

PALAVRAS-CHAVE: autismo; acolhimento; educação profissional e tecnológica.

WELCOME OF PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN
PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (EPT) AT IFRO – *CAMPUS*
PORTO VELHO CALAMA

ABSTRACT

Including people with special needs has been a challenge for education. Even with the guarantee of enrollment and permanence in school, we cannot think that everything is solved. Talking about the inclusion of people with autism opens spaces for reflections in the educational field. For this reason, this research was based on reflections on the welcome of people with autism spectrum disorder (ASD) in professional and technological education (EPT) at Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Porto Velho Calama *Campus*. The guiding documents of public policies and inclusive actions for this target audience carried out by IFRO constituted the object of study of this research. The research problem consists of: how does the IFRO – Porto Velho Calama *Campus*, organize itself to develop the inclusion policy for people with ASD? We established some methodological options based on the contributions of Gil (1999, 2002), Chizzotti (2000, 2001), Minayo (2001) and Bardin (2016). The research paths continued in the qualitative approach to applied research, to generate a product that can be used in the school context. The chosen approach was qualitative, because it consists of exploratory and descriptive research, in accordance with the established objectives. For data collection, we opted for: a) documentary research, with the possibility of analyzing official documents of the inclusive public policies guiding people with ASD at the IFRO – Porto Velho Calama *Campus*; b) participatory research, which aimed to conduct semi-structured interviews as a data collection instrument with professionals working at NAPNE – a center for the care of people with special needs. The choice of the theme was motivated by teaching experience as a basic education teacher. As an educational product, the proposal was to prepare a guide for the reception of people with autism in schools, based on scientific evidence. The result was the dissemination of the material on social networks, education departments and events in the area.

KEYWORDS: autism; reception; professional technological education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1	Compreensão sobre o tema transtorno do espectro autista (TEA)	11
2.2	A Escola unitária e a formação humana omnilateral na EPT	17
2.3	Acolhimento de pessoas com TEA e as evidências científicas	20
3	METODOLOGIA	27
3.1	Caracterização da pesquisa	27
3.2	Local e participantes da pesquisa	29
3.3	Procedimentos metodológicos para a análise dos dados	30
3.4	Desenvolvimento do produto educacional	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1	Contexto da pesquisa	33
4.2	Levantamentos dos estudantes com TEA do <i>Campus</i> Porto Velho Calama (2020-2024)	35
4.3	Levantamentos das práticas pedagógicas inclusivas para o acolhimento de estudantes com TEA do <i>Campus</i> Porto Velho Calama (2020-2024)	36
4.4	Análise dos resultados da visita presencial, roda de conversa e entrevista semiestruturada	38
4.5	Elaboração do protótipo do produto educacional	48
4.6	Avaliação do produto educacional	48
5	PRODUTO EDUCACIONAL	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A	59
	APÊNDICE B	63
	APÊNDICE C	64
	APÊNDICE D	65
	APÊNDICE E	69
	APÊNDICE F	72
	APÊNDICE G	74

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre o tema transtorno do espectro autista (TEA) foi um dos maiores desafios da minha carreira de 22 anos de docência e também uma das maiores alegrias de toda a minha vida, pois exerci meu direito de cidadã de contribuir com a sociedade em que vivo. O assunto em si traz um sentimento de justiça por aqueles que compreendem o mundo por meio da visão e da imagem reais, para quem a metáfora jamais fará parte do seu cotidiano e o isolamento social é indício da incompreensão humana.

Diante dos dilemas enfrentados na profissão docente, a pesquisa trata sobre o TEA no espaço do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus* Porto Velho Calama. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo IFRO – *Campus* Porto Velho Calama, e à linha de pesquisa 2, “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, cujo macroprojeto 1 versa sobre a história e a memória da EPT local, regional e nacional, considerando o mundo do trabalho a partir de estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros.

Pensando nas relações humanas e no mundo do trabalho, a pesquisa está inserida na categoria escola unitária, voltada à formação humana, à compreensão da realidade e aos conceitos da educação profissional e tecnológica (EPT). A escola unitária gramsciana prioriza o ser humano numa cultura formativa e humanística; isso significa que ela deve estar envolvida também com os trabalhos manual, técnico, industrial e intelectual, fundamentos basilares da EPT – que não pensa apenas na repetição e na memorização de conteúdos acumulados historicamente, mas relaciona-os à produção do saber e ao sujeito inserido nesse contexto em que será o construtor de sua própria história.

Esta investigação tem como objetivo desenvolver e compartilhar um produto educacional para colaborar com a política de inclusão definida para pessoas com TEA do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

Esta pesquisa foi motivada pelas minhas experiências como professora da educação básica, as quais têm contribuído para buscar conhecimentos. A motivação também partiu dos relatos de pais e mães de alunos autistas, pessoas que lutam para fazer valer seus direitos, sobretudo quando são violados.

Para o desenvolvimento da pesquisa, levantamos a seguinte problemática: como o IFRO – *Campus* Porto Velho Calama se organiza para desenvolver a política de inclusão das pessoas

com TEA? Com o intuito de responder a esta indagação, traçamos um percurso metodológico com base nas contribuições de Gil (1999, 2002), Chizzotti (2000, 2001), Minayo (2001) e Bardin (2016).

Como a intencionalidade da pesquisa aplicada está ligada à geração de um produto que pode ser aplicado no contexto escolar, a abordagem escolhida foi a qualitativa, por se tratar de uma pesquisa exploratória e descritiva, conforme os objetivos estabelecidos.

Para a coleta de dados, optamos: a) pela pesquisa documental, com a possibilidade de analisar documentos oficiais das políticas públicas inclusivas norteadoras pertinentes às pessoas com TEA no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama; e b) pela pesquisa participante com aplicação de entrevista semiestruturada, que serviu de instrumento de coleta de dados com os profissionais que atuam no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Os objetivos específicos contribuíram com os resultados esperados e para a elaboração do produto educacional, conforme requer o ProfEPT. São eles:

1. Identificar documentos que norteiam a política de inclusão para pessoas com TEA;
2. Levantar experiências de práticas inclusivas que foram desenvolvidas pelo IFRO – *Campus* Porto Velho Calama para pessoas com TEA;
3. Identificar a necessidade de materiais para apoio dos profissionais que atuam no NAPNE;
4. Elaborar um produto educacional ou material didático para acolhimento de pessoas autistas em âmbito escolar, com a finalidade de colaborar com a política de inclusão da instituição;
5. Divulgar o material nas redes sociais, entre as secretarias de Educação e eventos da área.

Esses objetivos colaboraram para a elaboração do protocolo de acolhimento de pessoas com autismo em âmbito escolar, cujo resultado é o produto educacional anexo a esta dissertação que sugere ações de acolhimento com vistas a contribuir com as políticas públicas existentes na instituição. Consideramos esta pesquisa inovadora devido à relevância do tema em discussão e à necessidade de conhecimentos e habilidades práticas para lidar com pessoas com autismo nos espaços escolares.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Compreensão sobre o tema transtorno do espectro autista (TEA)

De acordo com Marfinati e Abrão (2014), a palavra autismo tem origem grega. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler (1857-1939), que acreditava que o autismo seria um dos sintomas da esquizofrenia.

[...] assim, podemos dizer que o termo autismo foi usado, inicialmente, em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para delinear mais um dos sintomas da esquizofrenia. Contudo, foi só a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o autismo começou a ser tratado como uma patologia diferenciada (Marfinati; Abrão, 2014, p. 252).

Segundo Stelzer (2010), em 1943, Leo Kanner (1894-1981) descreveu o autismo como uma condição neurológica única de não estabelecimento de vínculos afetivos com as pessoas próximas e intolerância às modificações do ambiente e das rotinas diárias.

Stelzer (2010), explica que, nos primeiros anos de vida, a criança com autismo é incapaz de se relacionar com pessoas próximas. Além disso, os autistas podem apresentar características como alterações de fala e de linguagem, linguagem tardia e alterações cognitivas e comportamentais; a depender da situação, podem não demonstrar sensibilidade.

Silveira (2009) explica que no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a discussão sobre o conceito de esquizofrenia foi impulsionada pelo médico psiquiatra Hermelino Lopes Rodrigues (1899-1971). “Suas contribuições possuem clara influência das ideias do psiquiatra suíço Eugen Bleuler na transição entre o conceito de demência precoce e esquizofrenia” (Silveira, 2009, p. 582).

O tratamento para quem fosse considerado autista ainda estava sendo disseminado pelos pesquisadores em todo o mundo. No Brasil, a busca por pesquisas e estudos para atualizar o tratamento das pessoas com esquizofrenia experimentou um grande avanço, pois

há muitas evidências de que os psiquiatras brasileiros, na transição entre o século XIX e o século XX, se encontravam atentos e alinhados com os estudos contemporâneos de sua especialidade. A psiquiatria brasileira se apropriava, ao seu modo, das influências europeias, buscando integrar esses avanços à realidade brasileira (Silveira, 2009, p. 582).

Até então, a realidade brasileira quanto ao tratamento da esquizofrenia não era das melhores, e só se transformou por meio dos estudos do professor Lopes Rodrigues, que, a partir

de 1929, tornou-se diretor do primeiro hospital psiquiátrico de Belo Horizonte (MG) – o Instituto Raul Soares.

Inaugurado em 1924, o Instituto foi idealizado por Álvaro Ribeiro (1879-1922), professor de Neuropsiquiatria da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. As finalidades de sua criação ultrapassavam a assistência aos alienados para alcançar uma posição de entidade formadora de alienistas, ofício que não era interesse de um grande número de médicos formados naquela época. Para tanto, Álvaro Ribeiro se esmerou em aparelhar o primeiro hospital da capital com as inovações da psiquiatria de seu tempo, como salas próprias para balneoterapia e clinoterapia, além de um importante e bem montado laboratório de análises clínicas (Silveira, 2009, p. 584).

Por meio de estudos e pesquisas, “o conceito de esquizofrenia (escola de Bleuler) pela primeira vez (foi) expresso no Brasil na tese de Lopes Rodrigues, para (um) concurso de professor catedrático de Psiquiatria em Minas Gerais em 1926” (Silveira, 2009, p. 584).

Conforme Silveira (2009), assim que tomou posse como diretor do Instituto Raul Soares, Lopes Rodrigues libertou todos os pacientes que estavam presos em celas ou amarrados à cama, uma vez que assim eram tratados os pacientes com esquizofrenia no Brasil. Rodrigues propôs um trabalho assistencial em liberdade para todos, por meio do qual pudessem transitar livremente pelo Instituto: “a defesa que Lopes Rodrigues fazia, de um serviço sem pacientes amarrados, partia da argumentação de que uma parte da agitação psicomotora dos doentes provinha da agressividade dispensada a eles no tratamento” (Silveira, 2009, p. 591).

Sem apoio de políticas públicas à época para desenvolver seu trabalho, Lopes Rodrigues implantou atividades práticas para os pacientes, como colchoaria, costura, carpintaria, horticultura, sapataria e fabricação de adobes. Ele acreditava que

as relações sociais que nasciam do efeito dessas atividades também interessavam ao médico, que afirmava que o estabelecimento dessas relações fortaleceria as “[...] ‘habilidades psicológicas’ do doente mental” (Rodrigues, 1930, p. 76). Além da ergoterapia, os aspectos de diversão eram valorizados por Lopes Rodrigues (1930), principalmente a partir do efeito que causavam no psiquismo dos pacientes. Ele insistia na diversão como um importante aliado ao regime aberto. Pensava que a linguagem artística era indispensável (Silveira, 2009, p. 594).

Todo esse trabalho surtiu efeitos benéficos para os pacientes, aos quais também não foram aplicados recursos farmacológicos – pelo contrário: Lopes Rodrigues, segundo Silveira (2009, p. 593), acreditava que as

atividades de lazer pudessem acalmar doentes e promover melhoras no quadro mental, foi aberta inicialmente uma sala de música. Nesse local foram “[...] instalada uma vitrola, distribuídos jogos de várias naturezas, violões, sanfonas, revistas, jornais instrutivos, livros de estampas e outros recursos capazes de distrair os doentes” (p. 81). As mesas da sala foram cobertas com bordados da oficina de costura. Era, segundo Rodrigues, “[...] um ambiente original de conforto relativo, de repouso” (p. 82).

Esse estudo retrata apenas um recorte bem-sucedido da história da psiquiatria no Brasil, uma vez que, enquanto Lopes Rodrigues colocava em prática seus estudos e pesquisas, o Hospital Psiquiátrico de Barbacena (MG), ao mesmo tempo, usava métodos cruéis e desumanos para tratar as pessoas com doenças mentais como a esquizofrenia. Castilho, Sant’Anna e Alonso (2017, p. 220) explicam que esse hospital foi considerado o maior genocida da história do país, devido à quantidade de pessoas que nele morreram de maneira desumana:

[...] o Estado de Minas Gerais abrigou o maior manicômio brasileiro e parte de um capítulo histórico cruel dentro dos muros do Centro Psiquiátrico de Barbacena. Criado em meados do século XX, e batizado como “O Colônia”, o hospital manteve internados inúmeras pessoas com diagnósticos patológicos mentais ou apenas com indicação de exclusão da sociedade por razões diversas.

A história de Barbacena ficou registrada no cenário da saúde pública no país, serve de reflexão para criação de políticas públicas ao atendimento de pessoas com autismo. O poder público, que deveria proteger os pacientes com a criação de políticas para assegurar o tratamento e o apoio necessários, os tratava com os piores métodos:

[...] além do tratamento convencional, era comum utilizar-se dos eletrochoques em epiléticos, porém eram utilizados como castigo aos pacientes, como um meio de intimidação para manter a ordem: “[...] os gritos de medo eram calados pela borracha colocada a força entre os lábios [...] o tratamento de choque e o uso de medicações nem sempre tinham finalidade terapêutica, mas de contenção e de intimidação (Castilho; Sant’Anna; Alonso, 2017, p. 221).

Castilho, Sant’Anna e Alonso (2017) relatam que, no Hospital Psiquiátrico de Barbacena, as pessoas com epilepsia eram tratadas com eletrochoques. Lembramos que, conforme Pereira, Pegoraro e Cendes (2012, p. 93), uma das comorbidades que as pessoas com autismo podem apresentar é a epilepsia.

É interessante observar que desde a primeira descrição de Kanner, em 1943, a associação entre transtorno do espectro autista e epilepsia já havia sido

descrita. Aproximadamente 30% das crianças com autismo desenvolvem crises epiléticas ou alterações eletroencefalográficas sem, no entanto, apresentar patologia de base específica, permanecendo indefinido se as crises epiléticas ou as alterações encontradas são causa ou comorbidade.

É angustiante pensar na quantidade de crianças autistas que morreram recebendo esses tratamentos. Atualmente, com a evolução das pesquisas, elas possuem caminhos diferentes e podem estar inclusas nas escolas e na sociedade, levando a vida com o apoio de suas famílias – como quaisquer outras crianças.

No final da década de 1980, o Hospital Psiquiátrico de Barbacena foi fechado; uma parte do hospital virou museu, o chamado Museu da Loucura, inaugurado em 16 de agosto de 1996. Assim, “não se falou em direitos fundamentais adentro dos muros da Colônia por mais de 80 anos” (Castilho; Sant’Anna; Alonso, 2017, p. 223).

Os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros começaram a ganhar espaço com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os direitos sociais e a dignidade humana. Porém, somente em 2012 foi criada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, por meio da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Percebemos que os direitos das pessoas com autismo no Brasil caminham a passos lentos. Por outro lado, a educação nunca foi desafiada a prestar um serviço de qualidade aos seus alunos, principalmente aos com necessidades especiais, de tal modo como atualmente. Um dos dilemas na atualidade é a inclusão do aluno com TEA em sala de aula. De acordo com o pensamento de Lemos *et al.* (2016) e Sanini, Sifuentes e Bosa (2013), a prática pedagógica em sala de aula com os alunos autistas é possível e realizável.

Dessa maneira, a escola precisa estar atenta e observar seus alunos. É necessário que as intervenções dentro da escola sejam realizadas logo de início, quando os alunos se matriculam, para que não venham a interromper seus estudos por falta de adaptações curriculares ou professores e demais funcionários despreparados.

Atualmente, a internet facilitou os estudos e favoreceu as pesquisas. Nesse sentido, os conhecimentos básicos sobre a pessoa com autismo estão disponíveis e acessíveis na rede mundial de computadores por meio de conteúdos com fins informativos – como, por exemplo, a cartilha *Autismo: uma realidade*, ilustrada por Ziraldo e publicada em 2013, que, de maneira criativa, pode ser explorada em ambientes escolares. A publicação trata dos sinais apresentados por pessoas em condição de autismo:

O aluno evita contato visual? O desenvolvimento da linguagem parece diferente? O aluno não responde quando é chamado? Parece até surdo? Fica fazendo movimentos repetitivos sem motivo aparente? Costuma mexer com os dedos e as mãos de forma peculiar? Repete frases e outros conteúdos que ouviu em filmes e desenhos animados? Costuma emitir sons e palavras repetidas, fora do assunto? Isola-se dos colegas sem motivo? Confunde-se com frases de sentido figurado e leva tudo ao pé da letra? Comunica-se melhor apenas quando fala de temas de seu interesse? Brinca com os objetos e brinquedos de maneira inusitada? Reage excessivamente a barulhos altos ou a contato físico? Tem pouca noção de situações perigosas? Parece ter reduzida capacidade de abstração, ou seja, imaginar? Apresenta interesse exagerado em assuntos muito específicos? Segue rotinas próprias muito rígidas? Incomoda-se quando foge da rotina? Se apresentar alguns desses comportamentos, pode ser que seu aluno seja autista (Megatério Estúdio; Ziraldo, 2013, p. 7-13).

O tema é desafiador para a educação. Por isso, é necessário que todos, em conjunto, busquem conhecimentos para apoiar os sujeitos incluídos em seu meio; isso demanda acolhimento e ações práticas e pedagógicas para que não fiquem isolados ou desistam da escola.

É preciso também que a escola esteja disposta a realizar as ações pontuadas, específicas da condição do TEA, e a desafiar os profissionais a compreender o tema e a se desenvolverem nele – sobretudo na educação profissional e tecnológica, em que a diversidade de graduações dos professores é um fator importante para pensar em orientações que envolvam a aprendizagem do aluno.

Favoretto e Lamônica (2014) explicam que é dever do profissional da instituição escolar buscar conhecimentos para a compreensão das práticas inclusivas propostas por ela, e reforçam que as ações práticas de acolhimento de pessoas autistas fortalecem a relação de segurança que contribui para as intervenções necessárias de aprendizagens.

Em concordância com Favoretto e Lamônica (2014), Aporta e Lacerda (2018) explicam que as estratégias utilizadas para trabalhar com os alunos em condição de autismo acabam sendo as primeiras barreiras de adaptação na escola e no convívio social, pois “conhecer o humano é, inicialmente, situá-lo no universo, e não o separar dele” (Morin, 2000, p. 47).

Conforme Morin (2000), entender o ser humano é uma tarefa indispensável, principalmente para os educadores, porque a escola é um espaço destinado à produção do conhecimento, às interações sociais e aos vínculos emocionais e espirituais, que são difundidos através das diversidades culturais. Assim,

a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é

singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas (Morin, 2000, p. 48).

Os novos paradigmas para a educação contemporânea devem ser repensados para uma função de educação humanizadora – conforme destaca Manacorda (2007), uma formação integral e omnilateral do ser humano.

Paulo Freire (2013) e Kuenzer (2021) defendem os mesmos ideais de Morin (2000) e Manacorda (2007) quando se trata de uma educação humanizadora, pensada no/para o ser humano como um todo, respeitando a diversidade cultural de cada um.

Para que a escola consiga formar homens livres, com ideias próprias, é necessário “aprender a ser, viver, dividir e comunicar como humanos do planeta Terra, não mais somente pertencer a uma cultura, mas também ser terrenos. Devemo-nos dedicar não só a dominar, mas a condicionar, melhorar, compreender” (Morin, 2000, p. 76).

Partindo do pressuposto da compreensão, do entendimento dos humanos, como descreve Morin (2000), estaremos exercendo o papel de inclusão no ambiente escolar. Conforme destacado por Barbosa *et al.* (2013), a inclusão do aluno com autismo não deve ser apenas a efetivação da matrícula na escola; é importante pensar em como acolher esse sujeito, a fim de que se sinta seguro e compreenda a importância desse acolhimento, porque o trabalho da escola não são apenas conteúdos: precisamos também estimulá-los. Nesse sentido, o trabalho deve ser partilhado com toda a equipe escolar para que a inclusão e a integração da pessoa no ambiente escolar realmente aconteçam.

Pensando na qualidade de vida do aluno em condição de autismo, é interessante haver uma proposta acolhedora junto aos pais dos alunos para melhor acompanhamento na escola, o que trará resultados positivos para a efetivação da inclusão. Cunha (2015) trata da importância do debate e da discussão no ambiente escolar; isso objetiva o fortalecimento das práticas e ações inovadoras a serem implementadas.

O guia de orientações *Saberes e práticas da inclusão* (Brasil, 2006) menciona que a formação continuada dos professores contribui para um trabalho de qualidade e orienta que, para que haja a efetivação da inclusão, é necessário que a escola pense e trabalhe nesses requisitos:

[...] cultuem valores alicerçados na Democracia; não excluam alunos e nem os rotulem; funcionem como sistemas abertos; criem condições para que seus atores também sejam autores das ações educativas; se estruturam para funcionar como comunidades de aprendizagem; busquem os meios necessários para remoção de barreiras para a aprendizagem e para a

participação de todos, com todos e para toda a vida, isto é, escolas que sejam inclusivas (Brasil, 2006, p.10).

Ao confrontá-los com a realidade atual, entendemos que ainda são necessárias ações que minimizem as barreiras do processo de inclusão na escola, sobretudo quando se trata de um tema tão relevante atualmente, que merece respeito e muita atenção para o acolhimento desses sujeitos em seu ambiente.

2.2 A escola unitária e a formação humana omnilateral na EPT

Ao pensar na formação humana omnilateral, devemos pensar também no papel da escola e em suas funções sociais como mobilizadora e produtora do conhecimento. O poder que exerce enquanto organismo social vai além dos conceitos de acesso e permanência e envolve a formação do sujeito como um todo. Desse modo, as bases teóricas discutidas na EPT são basilares para uma função importante e inerente ao ser humano e às relações de poder em sociedade. Araújo (2014, p. 19) explica:

[...] educação básica cumpra sua função de assegurar aos jovens e adultos que a ele acorrem as ferramentas culturais que permitam aos jovens as habilidades comunicativas, o desenvolvimento do raciocínio lógico, os instrumentos para se situarem em seu tempo e em seu contexto social e a construção do pensamento racional-científico, em oposição ao pensamento mágico próprio da infância.

Defensores da escola unitária, como Frigotto (2008), Ramos (2014) e Araújo (2014), fortalecem esse princípio na EPT, fundamentado nos pensamentos de Antonio Gramsci (1891-1937), idealizador da escola unitária, conforme descrito no primeiro volume de *Cadernos do cárcere I* – texto em que se problematizam ideias revolucionárias sobre a sociedade, se criticam o sistema capitalista e as instituições ideológicas do Estado e, sobretudo, se questiona o sujeito inerente de um processo contínuo de mudanças e transformações. Isso também nos remete à escola como órgão institucional, construtora e produtora do conhecimento, que deve ser organizada e destinada à produção do saber, cujo objetivo é preparar os sujeitos para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade. Nesse pensamento,

¹ Edição de 1999 publicada pela Civilização Brasileira, com tradução de Carlos Nelson Coutinho.

criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular (Gramsci, 1999, p. 93).

A escola unitária gramsciana prioriza o ser humano numa cultura formativa e humanística; isso significa que ela deve estar envolvida também com os trabalhos manual, técnico, industrial e intelectual, fundamentos basilares da EPT – que não pensa apenas na repetição e na memorização de conteúdos acumulados historicamente, mas relaciona-os à produção do saber e ao sujeito inserido nesse contexto, que se apropria do conhecimento para a produção e a transformação da vida.

Essa relação entre a produção de conhecimento e o trabalho foi denominada escola unitária, cujo princípio é o estabelecimento de conexões diversas sobre o modo de viver e de pensar sobre o mundo, de modo crítico e reflexivo, formando sujeitos ativos e capazes de se transformar e se ressignificar, individual e coletivamente. Assim,

o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise (Gramsci, 1999, p. 93).

Ser crítico, nos ideais da escola unitária, é pensar na realidade em que está inserido e refletir em conjunto para as transformações da sociedade através da produção do conhecimento, seja na escola enquanto instituição, seja em outros espaços da sociedade. Gramsci nos faz refletir sobre a realidade atual, sobre como as instituições escolares preparam seus sujeitos para o mundo do trabalho e para a vida e se as ideologias implantadas numa sociedade capitalista estão preparando os sujeitos para construir sua própria história ou para servir o sistema politicamente organizado através de mão de obra desqualificada. Como educadores, ao refletir sobre o assunto, compreendemos que a nossa luta não é individual, é uma luta de classe contra a hegemonia de um sistema opressor. Por isso,

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1999, p. 95).

Esse contexto nos remete aos pensamentos de Morin (2000), Paulo Freire (2013),

Kuenzer (2021) e Manacorda (2007), em que estão conceituadas as bases da EPT – quando se trata de uma educação humanizadora, pensada no ser humano como um todo, que respeita a diversidade cultural dos sujeitos e os insere num processo de produção e preparo para a vida em sua totalidade.

À medida que a sociedade avança, a educação também precisa adequar-se para atender às demandas advindas dos novos modelos de sociedade e sistemas, que estão cada vez mais modernos. Nesse contexto, está atribuído o papel da escola: capacitar os sujeitos para compreender e transformar o meio em que vivem. Ramos (2014) explica que as ações vão além do contexto da sala de aula e envolvem mecanismos e elementos de superação do Estado e até mesmo da própria vida.

Nesse processo de luta para superar as desigualdades e a exclusão social, Ramos (2014) e Frigotto (2008) compartilham das mesmas concepções no combate às desigualdades sociais e frisam que a escola é a grande propulsora para romper as bases sociais que limitam esse combate. Assim,

a produção do conhecimento é ela mesma parte e expressão dessa luta. Neste sentido que a teoria se constitui em força material e a consciência crítica um elemento fundamental e imprescindível na luta pela transformação das relações sociais marcadas pela alienação e exclusão (Frigotto, 2008, p. 14).

Não podemos negar a presença da consciência crítica das pessoas em busca dos seus direitos e da inclusão nos espaços sociais e no campo político e econômico. A escola é responsável por conduzir esse sujeito; quando isso não acontece, precisamos problematizar os empecilhos que levaram a escola a falhar, devemos pensar nos problemas e nas condições que a escola enfrenta. Mesmo com tantos desafios, “a estrutura escolar continua essencialmente destinada à aprendizagem” (Manacorda, 2007, p. 106).

De modo geral, os autores debatidos fortalecem a ideia de que a escola é o lugar ideal para combater as desigualdades sociais. Todos os discursos expostos pelos defensores de uma educação humanística abrem possibilidades de mudanças para a transformação dos sujeitos envolvidos e, a partir deles, para a transformação do mundo em que vivem. Por isso,

não há negação da realidade, e sim da possibilidade de apreendê-la, pois não há discursos desinteressados, uma vez que são produzidos a partir de uma dada cultura e manifestam relações de poder. E, se não é possível apreender a realidade, também não é possível transformá-la (Kuenzer, 2017, p. 14).

Portanto, a escola, a propulsora dos saberes, deve adaptar-se às novas demandas advindas do preparo dos sujeitos em sua totalidade – e precisa compreender esse sujeito para transformá-lo. Nesse aspecto, a educação inclusiva também merece um olhar reflexivo, um olhar de entendimento, compreensão e acolhimento dos sujeitos. De acordo com Pimentel e Fernandes (2014), os profissionais e toda a equipe escolar precisam ser orientados para lidar com os alunos em condição de autismo.

2.3 Acolhimento de pessoas com TEA e evidências científicas

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, expressa a garantia do direito à educação para todos. O Estado é responsável por promover e incentivar esse direito com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Logo, a inclusão da pessoa com autismo na escola deve ser garantida, tendo em vista que a demanda tem aumentado nos últimos anos. Quanto aos cuidados, à proteção e à inclusão nos espaços da sociedade, sobretudo quanto ao acesso à educação e à permanência na escola, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, garante esse direito quando se trata do menor de 18 anos.

Vivemos numa sociedade ainda excludente, onde quem mais sofre são os menos favorecidos, desde pessoas em situação de extrema pobreza a pessoas com deficiência. Por isso, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – também conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece o benefício de prestação continuada (BPC) –, concede a pessoas com autismo que comprovarem baixa renda o direito de receber um salário mínimo para custear saúde e alimentação.

Ao tratar da educação escolar, o Estatuto cobra do poder público o direito de todos os alunos terem acesso à escola e torna obrigatória a matrícula para os menores de 18 anos, mas efetivamente não cobra do poder público as condições adequadas para a inclusão no ambiente escolar. Dessa forma, cumpre-se a lei quanto ao acesso à educação, mas não se questionam as condições de inclusão no ambiente escolar. O ECA não expressa quais ações devem acontecer, a legislação não mostra o “como fazer” – e as escolas, como sempre, se reinventam para acolher todos em seu contexto.

Em concordância com esse pensamento, a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, garantiu às pessoas com autismo em situação de baixa renda, assim como às suas famílias, o direito ao

transporte gratuito em ônibus, barcos ou trens – conquista importante num país com tantas desigualdades sociais.

Ao tratar da desigualdade social, o *Jornal Edição do Brasil 40 anos* (2021) chama a atenção para o problema e explica que o “Brasil é o nono país com mais desigualdade social no mundo”, herança de uma construção histórica de violência da escravidão e da desumanização de negros e indígenas, além de toda a exploração da terra de modo desigual, com favorecimento ao homem, branco, europeu e cristão, que contribuíram historicamente para a desigualdade de raça, gênero e classes sociais. Assim, a desigualdade herdada de um sistema injusto resulta na ausência de investimentos sociais, culturais, na saúde e principalmente na educação, o que afeta diretamente os menos favorecidos.

Além do transporte gratuito, garantido pela Lei nº 8.899/1994, a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, estabeleceu atendimento prioritário às pessoas com TEA em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; isso é um fato histórico num país que caminha a passos lentos rumo à minimização das desigualdades sociais.

A pesquisa do *Jornal Edição do Brasil 40 anos* (2021) remonta aos pensamentos de Gramsci (Badaloni *et al.*, p. 67), quando ele diz que “a escola através de seus intelectuais é o instrumento mais importante para a conquista da cidadania”. Nesse sentido, é necessário que o poder público repense as condições de educação para pessoas com necessidades especiais.

Interessante perceber a evolução dos direitos garantidos na legislação para as pessoas com autismo, uma vez que somente em 2012, com a promulgação da Lei nº 12.764/2012, determinou-se que a “pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos”. No art. 3º da referida lei, estabelecem-se os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (Brasil, 2012).

O inciso IV da Lei nº 12.764/2012 nos chama atenção para a inserção dos alunos na educação e no ensino profissionalizante – uma evolução significativa. Nesse sentido, é importante que a escola, junto à sua equipe multidisciplinar, acompanhe o aluno durante o

percurso de formação e dê-lhe o apoio necessário para seu avanço, “pois a educação é comprometida com a transformação social” (Kuenzer, 2021, p. 13); somente dessa maneira a educação poderá cumprir sua função social, abrindo as portas da escola para a inclusão.

Entender a linha do tempo desses direitos nos remete a Freire (2013, p. 81), quando ele afirma que a luta contra os obstáculos nos leva à humanização, uma vez que nos tornamos livres para buscar.

[...] este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao ser mais, à humanização dos homens. E esta, como afirmamos no primeiro capítulo, é sua vocação histórica, contraditada pela desumanização que, não sendo vocação, é viabilidade, constatável na história. E, enquanto viabilidade, deve aparecer aos homens como desafio e não como freio ao ato de buscar.

Dessa maneira, nasceu a Lei nº 12.764/2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Berenice é mãe de um menino com autismo que lutou pelo filho e garantiu direitos aos demais. É nesse sentido, em consonância com as ideias de Paulo Freire, que Manacorda (2007, p. 20) reafirma:

Marx continua sendo não apenas uma referência válida, mas a principal referência para compreendermos a situação atual. Faz, pois, todo o sentido levá-lo em conta no nosso esforço em compreender radicalmente a problemática educacional da nossa época.

No entanto, a situação educacional abordada por Manacorda com base nos estudos de Marx só nos encoraja a buscar cada vez mais conhecimentos para nos libertarmos da hegemonia capitalista política. É lamentável que num país como o Brasil, com leis efetivamente estabelecidas na área da educação, uma mãe tenha que se posicionar para garantir os direitos do filho. Vimos que as contribuições de Marx não são em vão e continuam surtindo efeito na sociedade.

Ainda há a Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016, que reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas sem redução salarial; este é um instrumento recente e muito importante, uma vez que pode proporcionar a efetivação da inclusão na prática social.

Para complementar e assegurar os direitos das pessoas com autismo, a Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 – também conhecida como Lei Romeo Mion –, cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) cujo objetivo é identificar a pessoa com autismo para assegurar os direitos prioritários nas áreas de saúde, educação e

assistência social, como também em outros serviços particulares, como supermercados, lojas, bancos, farmácias, restaurantes, entre outros.

No que diz respeito a Rondônia, as discussões sobre os direitos das pessoas com autismo foram efetivadas com a aprovação da Lei nº 2.847, de 5 de setembro de 2012, pela Assembleia Legislativa do estado. A referida lei instituiu o Sistema Estadual de Assistência à Pessoa Autista, considerado um avanço significativo para a história da educação em Rondônia.

A passos lentos na luta para assegurar os direitos da pessoa com autismo, a Câmara Municipal de Porto Velho aprovou a Lei nº 2.782, de 14 de dezembro de 2020, que instituiu política pública para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com TEA na capital do estado. A referida lei, em seu art. 2º, assegura as diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, como se segue:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista; II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; IV - o estímulo à inserção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); V - a responsabilidade do Poder Público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; VI - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como a pais e responsáveis; VII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao Transtorno do Espectro Autista no país; VIII - qualificar os profissionais de educação conforme orientação dada pelas normas, ABA, TEECH e PECS, estes reconhecidos como os mais adequados para resultados efetivos (Porto Velho, 2020).

De fato, a lei garante todos os direitos das pessoas autistas; porém, quando se pesquisa no site do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho² – órgão do Sistema Municipal de Ensino com funções consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, avaliadora e fiscalizadora –, não encontramos resoluções ou pareceres que validem a Lei nº 2.782/2020, de forma que a Secretaria e as escolas da Rede Municipal cumpram efetivamente a legislação.

² Página do Conselho Municipal de Educação de Porto Velho, disponível em: <https://cme.portovelho.ro.gov.br>.

Dessa forma, entende-se que o órgão que avalia e fiscaliza o cumprimento da legislação educacional ainda não discutiu o assunto.

Na construção de um histórico da educação pública brasileira, por que não discutir esse tema junto ao IFRO – *Campus Porto Velho Calama*? Acreditamos que a instituição poderá trazer contribuições significativas para o fortalecimento da inclusão em todos os ambientes escolares do estado de Rondônia, e até mesmo para o país. Por ser “uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino” (Brasil, 2010, p. 15), poderá contribuir com a problematização e o fortalecimento do tema da inclusão.

Como instituição, e na função do papel de articulador, o IFRO poderá potencializar ainda mais a inclusão no sentido de contribuir com ações práticas que vão desde o acolhimento de alunos com autismo e suas famílias até à inserção desse aluno em todos os ambientes escolares. Uma pesquisa documental desenvolvida por Kokkonen (2021, p. 33) mostrou que a

perspectiva da educação inclusiva se faz presente nos documentos apresentados pelo IFRO, *Campus Porto Velho Calama*, necessitando apenas de ajustes no que tange às especificidades do TEA. É importante que o transtorno e suas especificidades constem de maneira clara nos documentos basilares, e não apenas de forma genérica, como está na maioria dos documentos analisados.

De acordo com o pensamento de Kokkonen (2021), o tema do TEA está presente nos documentos-base da instituição, mas precisa de um documento mais preciso; isso é importante para que todos os profissionais da educação tenham segurança no trabalho que irão realizar com relação ao aluno em condição de autismo.

O trabalho de acolhimento é essencial para o desenvolvimento e o fortalecimento das interações sociais. Com essa finalidade, a instituição também deve organizar suas ações pedagógicas inclusivas, a fim de entender as pluralidades do conhecimento diante da modalidade ofertada e atender às emergências da sociedade. A autora ainda afirma que

o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo necessita ser um conhecedor do transtorno e de suas características, de modo a compreender as reações, limitações e possibilidades de desenvolvimento do estudante com TEA (Kokkonen, 2021, p. 21).

Portanto, entender sobre a pessoa em condição de autismo no contexto escolar envolve conhecimentos teóricos e comportamentais, a fim de que haja uma integração entre as relações e interações sociais.

Pensando no acolhimento das pessoas com autismo, o aprofundamento científico é necessário. Nesse sentido, sugerimos a leitura do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5*, lançado em 2013 e editado em 2014. Na quinta edição do *DSM*, há uma classificação do autismo em três categorias: deficiência social, dificuldades de linguagem e comunicação e comportamentos repetitivos e/ou restritivos. Conhecer o *DSM-5* é necessário porque ele traz explicações aprofundadas sobre as diversas manifestações do espectro autista.

Logo, o conhecimento sobre o tema permite aos profissionais da educação conhecer as limitações que a pessoa autista apresenta, como também suas potencialidades. Nesse sentido, esses profissionais poderão colaborar no acolhimento das pessoas autistas e inseri-las em grupos sociais e atividades com os quais têm mais afinidade. Bosa (2006, p. 549) aponta que,

ao focar em formas alternativas de comunicação, as crianças podem ser encorajadas a utilizar a fala. Ao mesmo tempo, encontrou-se que o uso da sinalização pelas crianças autistas segue o mesmo padrão daquele encontrado em programas de treinamento verbal, ou seja, os sinais são raramente utilizados para compartilhar experiências, para expressar sentimentos/emoções ou para comunicar-se reciprocamente.

Para Bosa (2006, p. 549), trabalhar com material “visual é mais bem compreendido e aceito do que o verbal”. Esse aspecto é desafiador para uma instituição que dispõe de poucos profissionais, mas não é impossível de ser realizado, uma vez que a escola deverá contar com uma equipe multiprofissional para auxiliar os demais profissionais. O trabalho colaborativo trará benefícios saudáveis para o aluno com autismo, principalmente na criação de vínculos afetivos.

O conhecimento sobre TEA é significativo para todos os envolvidos no processo de educação, sobretudo para os professores de sala de aula, que têm metas e objetivos a serem cumpridos em seu plano de trabalho. Assim, é necessário investir em programas que apoiem professores e alunos. Bosa (2006, p. 549) sugere:

[...] outro Sistema de instrução com base visual é o programa educacional TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children). É um programa altamente estruturado que combina diferentes materiais visuais para aperfeiçoar a linguagem, o aprendizado e reduzir comportamentos inapropriados.

Portanto, é necessário que o poder público invista em políticas públicas que garantam apoio de qualidade aos alunos, professores e famílias; do contrário, a educação e as escolas ficarão pautadas apenas no papel.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa 2, “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, cujo macroprojeto 1 versa sobre a história e a memória da EPT local, regional e nacional, considerando o mundo do trabalho a partir de estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros.

Pensando nas relações humanas e no mundo do trabalho, a pesquisa está inserida na categoria escola unitária, voltada à formação humana, à compreensão da realidade e aos conceitos da EPT, em que se fortalecem cada vez mais esses laços educacionais. Assim, “A educação não se produz somente no seio das disciplinas ‘não úteis’ que possam dividir-se nas chamadas matérias humanísticas, mas, muito especialmente, na organização de todo o sistema” (Lombardi, 2011, p. 15).

O acolhimento faz toda a diferença na vida de um ser humano, tanto na família quanto nos órgãos sociais. No entanto, o acolhimento da escola é imprescindível; é nela que os sujeitos passam a maior parte da vida, e as lembranças boas ou ruins desse período vão se tornar memórias eternas.

3.1 Caracterização da pesquisa

Neste item, o objetivo é apresentar o percurso metodológico da pesquisa, indicando escolhas, procedimentos e etapas que o estruturam, com a finalidade de responder ao problema da pesquisa.

Verificamos os documentos que norteiam as práticas pedagógicas inclusivas para pessoas com TEA matriculadas no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama. Trata-se de uma pesquisa participante; segundo Minayo (2001, p. 60), “A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para obter informações, sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo e se orienta pela abordagem qualitativa. Conforme Chizzotti (2000, p. 79),

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

A pesquisa colaborou para o desenvolvimento do produto educacional *Guia para acolhimento de pessoas com TEA: contribuições do IFRO – Campus Porto Velho Calama*. Quanto à sua natureza aplicada, de acordo com Silva (2015, p. 50), “caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, os resultados são aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”; ou seja, a pesquisa buscou informações anteriores a fim de aplicá-las na prática, tendo por finalidade contribuir com a educação inclusiva para pessoas com TEA do IFRO – *Campus Porto Velho Calama*.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental, pois permitiu que a pesquisadora analisasse documentos pertinentes à temática abordada. A pesquisa documental apresenta algumas vantagens: por ser “fonte rica e estável de dados”, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes (Gil, 2002, p. 62-63).

Assim, a pesquisa prosseguiu com a escolha da entrevista como ferramenta de coleta de dados, composta de questões sistematizadas e previamente organizadas; a intenção foi colher a maior quantidade possível de informações. Gil (1999, p. 117) explica que a entrevista é “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. As entrevistas foram aplicadas aos profissionais do IFRO e do NAPNE – *Campus Porto Velho Calama*, responsáveis pela implantação das políticas públicas e pelo acompanhamento das ações inclusivas na instituição.

A seleção dos participantes ocorreu da seguinte maneira: houve a apresentação do projeto em uma reunião presencial marcada antecipadamente para os profissionais convidados do IFRO e do NAPNE – *Campus Porto Velho Calama*, a fim de que pudessem conhecer o objeto de estudo da pesquisa e seus objetivos; dos profissionais descritos na metodologia, dois participaram da reunião presencial, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e foram entrevistados. Por ética, esses profissionais não foram identificados pelos próprios nomes, mas sim por código alfabético (letras A e B).

As entrevistas foram agendadas com antecedência, com data, local e horário, e realizadas individualmente de forma presencial. O celular foi utilizado como recurso gravador de áudio; também houve registro escrito a partir das questões norteadoras. A previsão de tempo para a entrevista foi de 30 a 40 minutos. Os participantes não foram obrigados a responder a todas as perguntas e nem a permanecer na entrevista.

Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Essa técnica nos ajudou na organização dos documentos analisados, até chegarmos à interpretação dos resultados. Chizzotti (2001) enfatiza que a

análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento (Chizzotti, 2001, p. 98).

Portanto, o percurso metodológico da pesquisa participante nos permitiu ter contato com a realidade social dos sujeitos e suas vivências, além de envolver os convidados da pesquisa nos fatos investigatórios. Os participantes foram essenciais em suas contribuições no ambiente da pesquisa, as quais apoiaram a sintetização do conhecimento – que resultou na elaboração do produto educacional, por meio do qual os respondentes também foram beneficiados.

3.2 Local e participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama e aplicada aos profissionais do IFRO e do NAPNE.

Os participantes da pesquisa foram contatados previamente, por e-mail e telefone, pela Coordenação-Geral do NAPNE do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama para a reunião presencial; suas assinaturas foram coletadas através do TCLE (disponível no apêndice D).

O local foi escolhido devido ao fato de a pesquisadora manter vínculo acadêmico com o IFRO – *Campus* Porto Velho Calama e desejar desenvolver sua pesquisa sobre como a instituição se organiza para implementar as políticas de inclusão para pessoas em condição de autismo e as ações no âmbito institucional – e, assim, contribuir com os resultados da pesquisa para apoiar as políticas de inclusão da instituição. Conhecer o *Campus* do IFRO e suas formas de funcionamento foi muito importante e contribuiu para que a aplicação do planejamento da pesquisa e a sua execução na etapa investigatória alcançassem resultados satisfatórios.

Conforme expresso nas decisões do ProfEPT, a pesquisa foi desenvolvida após a seguinte organização:

1. Autorização do Diretor-Geral do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama, de acordo com a carta de anuência (apêndice E);

2. Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, responsável pela ética, pela avaliação e pelo acompanhamento de pesquisas com seres humanos por meio da Plataforma Brasil;
3. Após reunião presencial, envio e recebimento do TCLE e aplicação da entrevista semiestruturada.

A respeito dos instrumentos de construção de dados, foi feita uma pesquisa documental, conforme consta no gráfico 1 e no quadro 1, com a finalidade de investigar quais ações o IFRO desenvolveu por meio do NAPNE, no período de 2020 a 2024, para a inclusão de pessoas autistas e quais políticas públicas dão sustentação à efetivação desse processo, além da evolução do número de matrículas no mesmo período (2020-2024).

Aos participantes, foi aplicada a entrevista semiestruturada contendo dez perguntas que consta no apêndice F desta dissertação. Além da entrevista semiestruturada, realizou-se uma reunião presencial com duração máxima de uma hora com os sujeitos da pesquisa, durante a qual o projeto de pesquisa foi apresentado com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas por esses profissionais para o acolhimento dos estudantes autistas matriculados na instituição.

A reunião presencial foi de suma importância para a pesquisa. O momento foi considerado precioso na construção dos dados qualitativos, uma vez que, além de trazer subsídios complementares às informações obtidas na pesquisa documental prévia, vieram à luz as ações que já são desenvolvidas, as dificuldades enfrentadas e as sugestões de materiais necessários para efetivar a inclusão dos alunos autistas na instituição.

Na apresentação dos resultados, os profissionais participantes da pesquisa foram nomeados pelo código alfabético (profissional A e profissional B) para proteger suas identidades, que são sigilosas e confidenciais. A entrevista semiestruturada foi aplicada e o celular foi utilizado como recurso gravador, além das anotações feitas por escrito.

3.3 Procedimentos metodológicos para a análise dos dados

Para analisar os dados, nos baseamos nos resultados das entrevistas semiestruturadas, realizadas com os sujeitos da pesquisa, e de sua participação na reunião presencial. O processo de análise dos dados foi estruturado de maneira sistematizada e organizada. Como a entrevista foi gravada e as anotações foram feitas por escrito, a tabulação foi transcrita da oralidade para a escrita. Para agrupá-las e organizá-las, utilizou-se o instrumental da entrevista

semiestruturada. A referência para a análise das respostas da entrevista semiestruturada com questões abertas foi a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016).

O projeto de pesquisa foi apresentado aos sujeitos participantes por meio de uma reunião presencial. Para que a reunião acontecesse, um convite foi enviado com antecedência por e-mail; a Coordenadora-Geral do NAPNE foi contatada por meio de mensagem no aplicativo WhatsApp devido à facilidade de comunicação, uma vez que os sujeitos da pesquisa atuam no mesmo ambiente. A reunião não ultrapassou 60 minutos; nesse intervalo, foram apresentados aos sujeitos o objeto de pesquisa e os objetivos a serem alcançados, a fim de que a conversa não se tornasse cansativa ou constrangedora e de modo a evitar o cansaço, o estresse e o acréscimo de tempo. Para garantir o anonimato e o sigilo das informações e assegurar a integridade dos participantes, em nenhum momento durante a coleta de dados foi necessária à sua identificação.

Para a entrevista semiestruturada, foram elaboradas questões curtas, privilegiando o mínimo de cansaço ou aborrecimento. As questões foram formuladas de forma objetiva, com linguagem clara e sucinta; aos participantes, garantiu-se o direito de se recusarem a responder às perguntas que julgassem constrangedoras. O questionário de avaliação foi aplicado por meio da plataforma virtual Google Forms, cujo preenchimento por meio do computador ou celular é mais acessível, o que possibilitou aos participantes flexibilidade para concluí-lo.

Após a categorização das informações, realizou-se o confronto dos dados. As respostas obtidas por meio das entrevistas foram comparadas com os dados da pesquisa bibliográfica de referências que tratam sobre o objeto da pesquisa e da pesquisa documental sobre como o IFRO – *Campus* Porto Velho Calama se organiza para acolher os estudantes com TEA na instituição. Os resultados da pesquisa foram utilizados para elaboração do produto educacional *Guia para acolhimento de pessoas com TEA: contribuições do IFRO – Campus Porto Velho Calama*.

A entrevista semiestruturada pautou-se no perfil dos entrevistados e pontuou as dificuldades encontradas, os materiais utilizados e também as sugestões para o acolhimento de pessoas com TEA. Buscamos compreender como incluir pessoas nesta condição para auxiliar no desenvolvimento integral e omnilateral dos estudantes com TEA na EPT do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

3.4 Desenvolvimento do produto educacional

Após a análise dos dados da entrevista semiestruturada e da reunião com os participantes da pesquisa, iniciamos a elaboração do protótipo do produto educacional, com o objetivo de

compartilhá-lo com os profissionais que atuam no NAPNE e contribuir com as políticas públicas inclusivas do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

O material foi elaborado conforme o que se dispõe em Rizatti *et al.* (2020, p. 4): “Material Didático: produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação” das práticas pedagógicas para os profissionais do NAPNE. A elaboração seguiu os seguintes passos: 1) pré-concepção do produto; 2) pesquisa; 3) análise e síntese; 4) prototipação do produto; 5) avaliação do produto; 6) análise dos resultados da aplicação; 7) revisão do produto.

O produto educacional foi desenvolvido contendo apresentação e evidências científicas sobre o tema para apoio a comunidade escolar do IFRO na acolhida de estudantes com TEA. Em cada capítulo, foram disponibilizadas dicas de livros e sites de pesquisas para que o leitor se aprofunde no assunto e tire possíveis dúvidas. A instituição recebeu o material em formato digital.

Para atender às necessidades do NAPNE e auxiliar os profissionais, o produto educacional foi sendo revisto e repensado durante o processo de elaboração. Para a validação do produto, foi elaborado um questionário disponibilizado no Google Forms, enviado por e-mail.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de atingir os objetivos e responder ao problema da pesquisa, nos itens posteriores apresentaremos os resultados e discussões. Essa apresentação está dividida em duas partes: primeiramente, serão expostos os dados obtidos da pesquisa bibliográfica documental, considerados relevantes para a fundamentação e a argumentação da pesquisa de campo; posteriormente, serão apresentados os dados obtidos a partir da aplicação da entrevista semiestruturada e da reunião presencial com os participantes da pesquisa.

4.1 Contexto da pesquisa

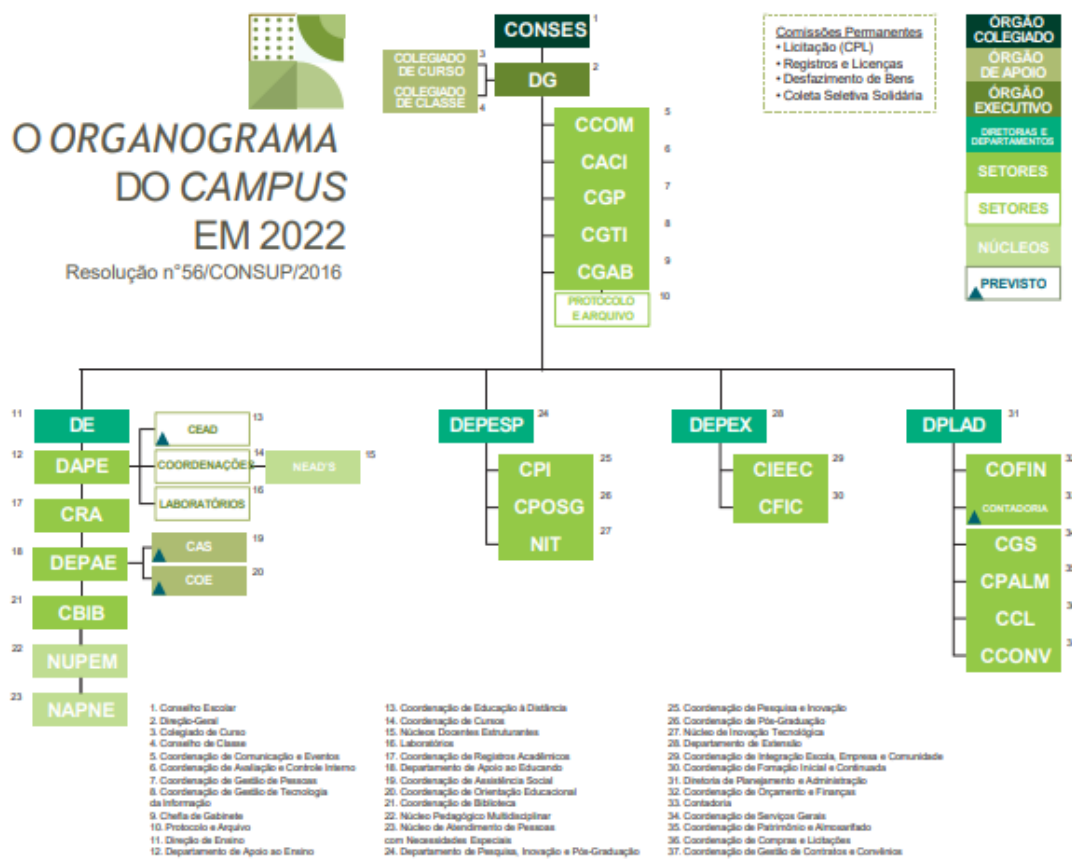
Com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram unificadas as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que passaram a ser denominados Institutos Federais. No entanto, o *Campus* Porto Velho Calama foi criado como unidade descentralizada da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Em 14 de março de 2008, foi realizada a primeira audiência pública sobre a implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia.

O *Campus* Porto Velho Calama executa ações de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à preparação dos alunos para o mundo do trabalho e aos arranjos produtivos locais. Está localizado na Avenida Calama, 4985, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho (RO). Sua área de construção mede cerca de 15.158,55m².

Em relação à oferta de cursos, o *Campus* Porto Velho Calama oferece quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio (Edificações, Eletrotécnica, Informática e Química), três cursos técnicos subsequentes ao ensino médio (Edificações, Eletrotécnica e Manutenção e Suporte à Informática), cinco cursos de graduação (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Física e os Bacharelados em Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Civil e Engenharia Química), três cursos de pós-graduação – duas especializações *Lato Sensu* (Gestão Ambiental e Ensino de Ciências e Matemática) e uma pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado no *Campus* Porto Velho Calama).

Segundo o *Relatório de Gestão*³ do ano de 2022, no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama estão lotados, no total, 201 servidores, 71 deles técnicos administrativos e 130 docentes. O *Campus* registrou 3.860 alunos em 2022, 24,32% a mais que no ano de 2021, matriculados nos 34 cursos oferecidos – 1.225 das matrículas são relativas ao ensino médio (cursos integrados e subsequentes), além de 704 matrículas nas graduações, 132 matrículas nas pós-graduações e 1.799 matrículas nos cursos de formação inicial e continuada (FIC).

Figura 1 – Organograma do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama



Fonte: Portal do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama, disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/calama/documentos>.

³ O *Relatório de Gestão* 2022 do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama (processo SEI nº 23243.005524/2023-34) está disponível em: https://lookerstudio.google.com/u/1/reporting/cef65a4a-8950-4f84-a939-b5394153cbff/page/p_g59061p94c, ou na versão PDF para impressão em: <https://drive.google.com/file/d/1Eqhxmj3MbWhCWIO4Nihd3wtmmOJiTau1/view>.

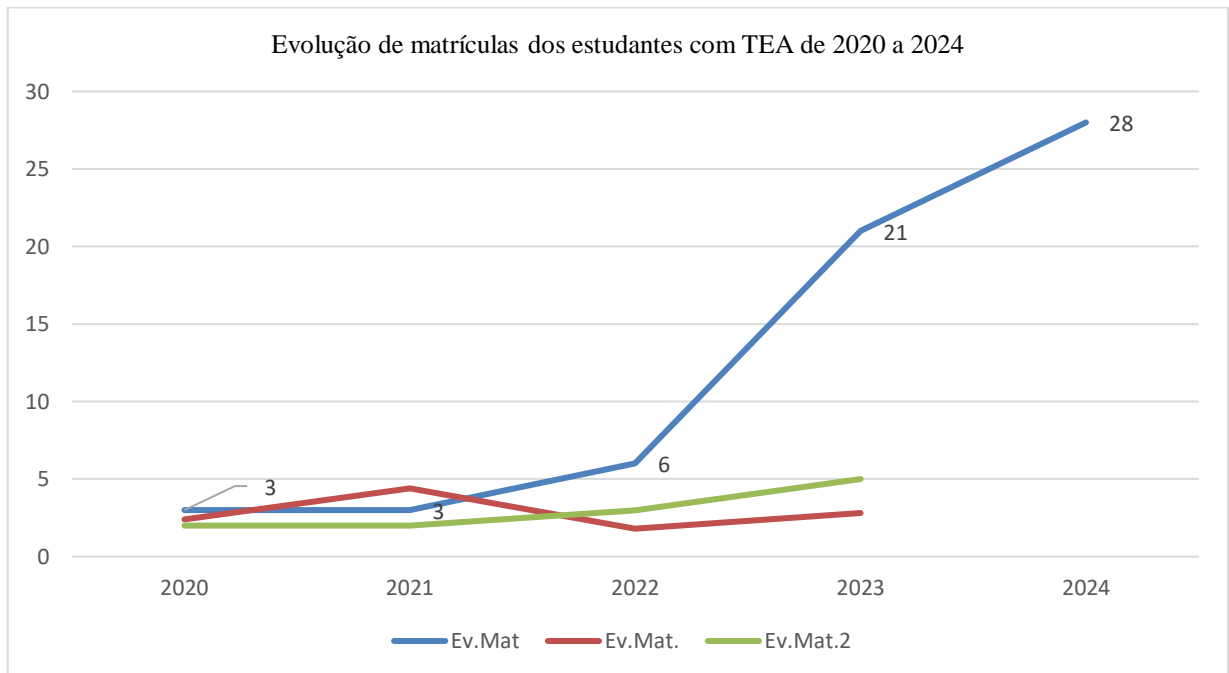
4.2 Levantamento dos estudantes com TEA do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama (2020-2024)

O IFRO atende aos alunos com algum tipo de necessidade educacional por meio dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), regulamentados pela Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011.

Levantamos o número de matrículas do *Campus* Porto Velho Calama no intervalo entre 2020 e maio de 2024, considerando os *Relatórios de Gestão* publicados no Portal do IFRO e os dados de matrículas do NAPNE. No ano de 2020, 22 alunos foram matriculados/atendidos no NAPNE; desse total, três com autismo. No ano de 2021, foram atendidos 27 alunos; desses, três com autismo. No ano de 2022, o *Campus* Calama atendeu 52 alunos, dentre os quais seis com autismo. No ano de 2023, foram matriculados/atendidos no NAPNE 21 alunos com autismo. No ano de 2024, foram matriculados/atendidos no NAPNE 28 alunos com autismo.

Para atender à demanda de alunos autistas em 2024, o *Campus* Calama dispõe de uma equipe de 19 profissionais, contando com a Coordenadora do NAPNE, intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), psicólogos e cuidadores.

Gráfico 1 – Evolução de matrículas dos alunos autistas atendidos no NAPNE (2020-2024)



Fonte: elaborado pela autora (2024), com base nos dados do Portal do IFRO, disponíveis em: <https://portal.ifro.edu.br/pesquisa>.

4.3 Levantamento das práticas pedagógicas inclusivas para o acolhimento de estudantes com TEA do IFRO – *Campus Porto Velho Calama (2020-2024)*

Neste item, apresentamos um quadro com os resultados da pesquisa bibliográfica. Para a seleção das práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas pelo IFRO – *Campus Porto velho Calama*, foram dispostos os seguintes descritores: apoio/suporte; adaptação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); curso de formação continuada de Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA); curso de formação inicial em Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na modalidade EaD; oficina pedagógica para docentes e coordenadores de cursos; troca de experiências; e datas comemorativas.

O levantamento cobriu o período de 2020 a maio de 2024, considerando as ações a partir da instituição da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Para tanto, fizemos a leitura dos editais e demais documentos publicados no Portal do IFRO, delimitando a seleção final das ações publicadas, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Seleção das ações inclusivas realizadas pelo IFRO (2020-2024)

Descritores	Ano	Tipos de ações realizadas	Objetivos
Apoio/suporte	2020 e 2021	Publicação do Edital nº 2/2020/REIT-PROEN/IFRO, de 20 de julho de 2020, tendo em vista as medidas administrativas diante da pandemia de Covid-19.	Selecionar estudantes bolsistas regularmente matriculados nas modalidades presencial e não presencial dos cursos técnicos e graduações para atuar como mediadores virtuais no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou atendidos pelos NAPNEs. Cada aluno com TEA foi contemplado com dois monitores.
Adaptação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	2020 e 2021	Adaptação da aba de acessibilidade do Curso de Informática. Disponibilidade de cuidadora para acompanhamento remoto do aluno. Monitoria inclusiva remota com a participação dos pais. Participação da mãe como tutora em casa.	Cumprir a legislação vigente e garantir a permanência do aluno na escola.
Curso de formação continuada de Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	2021	Publicação do Edital nº 3/2021/PVCAL-CGAB/IFRO, de 29 de janeiro de 2021 – processo SEI nº 23243.000544/2021-57, documento SEI nº 1157470.	Contribuir com a formação inicial de professores, cuidadores/profissionais de apoio escolar, estudantes de Pedagogia e comunidade em geral no trato com a educação inclusiva da pessoa com autismo e, por consequência, contribuir com a melhoria do processo educativo de alunos com TEA.

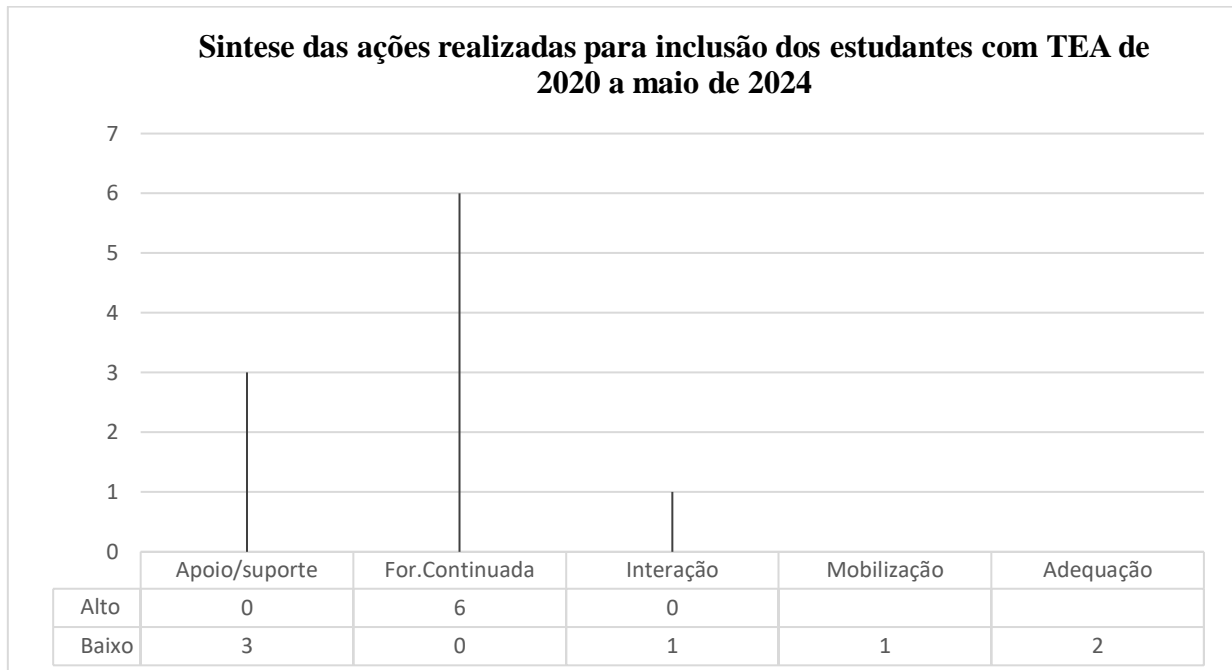
Cursos de formação inicial em Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na modalidade EaD	2023	Publicação do Edital nº 31/2023/PVCAL-CGAB/IFRO, de 18 de julho de 2023 – processo SEI nº 23243.010708/2022-35, documento SEI nº 1999000. Publicação do Edital nº 35/2023/PVCAL-CGAB/IFRO, de 10 de agosto de 2023 – processo SEI nº 23243.009474/2023-64, documento SEI nº 2024016.	Capacitar professores, fonoaudiólogos, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, cuidadores e demais interessados em educação especial e inclusão, seja para atuação profissional, seja para pesquisa ou ensino, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras a fim de atender às demandas de pessoas com TEA.
Cursos de formação inicial em Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na modalidade EaD	2024	Publicação do Edital nº 11/2024/PVCAL-CGAB/IFRO, de 27 de fevereiro de 2024.	Capacitar professores, fonoaudiólogos, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, cuidadores e demais interessados em educação especial e inclusão, seja para atuação profissional, seja para pesquisa ou ensino, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras a fim de atender às demandas de pessoas com TEA.
Cursos de formação inicial em Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na modalidade EaD	2024	Publicação do Edital nº 15/2024/PVCAL-CGAB/IFRO, de 07 de março de 2024.	Selecionar profissionais de diversos perfis para atuar como colaboradores bolsistas na oferta, pelo <i>Campus</i> Porto Velho Calama do IFRO, do curso de formação inicial em Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com 160 h, na modalidade EaD, com encontros síncronos.
Oficina pedagógica para docentes e coordenadores de cursos	2024	Construção do plano educacional individualizado (PEI) para atender educandos com necessidades específicas, transtornos de aprendizagem e do espectro autista e alunos com altas habilidades.	Discutir e compartilhar os desafios que enfrentam com relação à inclusão dos alunos com deficiência, possibilitando a promoção de subsídios para a elaboração do PEI de cada disciplina.
Troca de experiências	2024	Troca experiências sobre educação inclusiva com equipe de ensino do Instituto Federal do Pará em Marabá (PA).	Conhecer e compreender alguns protocolos de atendimento para estudantes com deficiência para a elaboração do PEI.
Datas comemorativas	2024	Dois de abril: dia mundial de conscientização sobre o autismo, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007.	Prestar informação à população e conscientizá-la para reduzir a discriminação e o preconceito contra as pessoas com TEA.

Fonte: elaborado pela autora (2024), com base nos dados de 2020 a maio de 2024 do Portal do IFRO, disponíveis em: <https://portal.ifro.edu.br>.

No total, encontramos 13 ações pedagógicas inclusivas para o acolhimento dos estudantes com TEA realizadas pelo IFRO – *Campus* Porto Velho Calama de 2020 a 2024: três para apoio e suporte aos estudantes com TEA; uma adaptação do AVA; seis curso de formação continuada para atender a Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) EaD; uma oficina pedagógica para docentes e coordenadores de cursos; uma

troca de experiência com profissionais; e uma ação realizada para comemorar o dia 02 de abril, dia mundial da conscientização sobre o autismo.

Gráfico 2 – Ações realizadas pelo NAPNE (2020-2024)



Fonte: elaborado pela autora (2024), com base nos dados de 2020 a maio de 2024 do Portal do IFRO, disponível em: <https://portal.ifro.edu.br>.

Conforme os critérios de seleção das ações inclusivas, aplicados no levantamento da base de dados do Portal do IFRO de 2020 a maio de 2024, verificamos que a oferta de cursos de formação continuada em Agente de Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na modalidade EaD foram mais recorrentes.

Diante do exposto, observamos que o IFRO tem disseminado o conhecimento por meio da formação continuada dos profissionais e das adequações e flexibilizações do currículo com a finalidade de atender aos estudantes com TEA.

4.4 Análise dos resultados da visita presencial, da roda de conversa e da entrevista semiestruturada

O projeto de pesquisa foi encaminhado por e-mail para a Coordenação do NAPNE do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama, acompanhado de uma carta explicativa discorrendo sobre os objetivos da pesquisa; em anexo, foi enviado o TCLE para ciência e aprovação. Ao receber o projeto, a Coordenadora do NAPNE marcou uma reunião presencial com os profissionais que

atuam no NAPNE, da qual participamos com a apresentação da pesquisa. Foi um momento importante, pois o contato com o ambiente da pesquisa contribuiu para o enriquecimento da produção do produto educacional. A seguir, apresentamos os resultados da visita presencial e da roda de conversa.

Quadro 2 – Apresentação dos resultados da visita presencial ao NAPNE e da roda de conversa

Profissionais	Pergunta 1: Quais as principais dificuldades encontradas no ambiente de trabalho para conduzir as ações inclusivas dos estudantes com TEA no instituto?
A	O espaço para o desenvolvimento das ações é pequeno, necessita de ampliação de Núcleo para Departamento, tendo em vista que aumentou o quantitativo de profissionais e o número de matrículas de pessoas com TEA.
B	Necessitamos também de materiais específicos para colaborar com as políticas públicas existentes, pois não temos material específico para trabalhar.
C	Lidar com os professores é um desafio, uma vez que, por não haver material específico para orientá-los, temos que recorrer à pesquisa, e isso demanda tempo. Por exemplo, a elaboração do PEI ainda é um desafio, pois precisa ser construído de modo colaborativo, e a construção do material demanda tempo, porque é necessário que cada professor tenha o seu, devido ao fato de as disciplinas serem diferentes.
D	Precisamos de adequações no espaço para melhorar o atendimento dos alunos autistas, levando em consideração a seletividade deles por ambientes calmos e tranquilos. O Núcleo é pequeno, precisa de ser ampliado.
Profissionais	Pergunta 2: A proposta de um guia de acolhimento de pessoas com TEA é importante para o NAPNE?
A	É importante, porque poderemos ter um norte a seguir. O NAPNE ainda não conta com materiais específicos para lidar com pessoas autistas.
B	Poderemos conscientizar melhor os professores com um guia em mãos, e levar ao conhecimento de que o espectro em algumas pessoas apresenta comportamentos diferentes, nem todos são iguais.
C	A incompreensão sobre o assunto é algo que teremos que divulgar e debater mais no ambiente escolar, um guia vai nos ajudar muito nessa conscientização.
D	O conhecimento é libertador, precisamos divulgar e debater sobre o assunto. O guia nos ajudará nessa prática.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

De acordo com o quadro 2, é possível visualizar a necessidade de um material didático específico que contribua com os documentos norteadores já existentes na instituição, assim como a necessidade de ampliação do Núcleo para Departamento, a fim de atender à demanda crescente de profissionais e estudantes atendidos pelo NAPNE.

Destacamos também a importância do guia de acolhimento para nortear as ações de inclusão, uma vez que o NAPNE ainda não dispõe de um material sobre autismo destinado a comunidade escolar com IFRO. Os servidores do Núcleo frisaram a importância da disseminação de práticas inclusivas para pessoas com autismo, uma vez que os profissionais enfrentam barreiras com relação ao TEA na instituição devido ao comportamento diferente dos alunos nessa condição. Para cada caso, são necessárias intervenções também diferentes.

Ficou evidente que a implementação do PEI precisa de debates e de compreensão por

parte dos professores, uma vez que o plano deve ser construído de maneira colaborativa, mas de forma individualizada por cada docente devido à diversidade das disciplinas na grade curricular – e também porque cada estudante autista desenvolve suas habilidades em situações de aprendizagem diferentes.

Não houve rejeição às questões levantadas durante a roda de conversa em relação à proposta do produto educacional *Guia para acolhimento de pessoas com TEA*. As contribuições dos profissionais do NAPNE foram essenciais para a elaboração do produto educacional, e o debate demonstrou que a proposta do guia será aceita pela equipe, uma vez que é uma ferramenta de trabalho necessária.

Na visita realizada ao NAPNE, observamos a necessidade de um espaço amplo para atender à demanda de profissionais e alunos, tendo em vista que a sala que comporta o Núcleo é compartilhada com o atendimento dos alunos e dos demais públicos. A ampliação é necessária, uma vez que a condição do TEA limita a pessoa com autismo ao isolamento. A confiança em certas pessoas é um processo longo; logo, nem todos estão aptos à conversa. Dessa forma, um ambiente onde os alunos com TEA tenham a oportunidade de ser ouvidos irá contribuir para um melhor acolhimento. O processo de escuta da pessoa autista cria laços de afinidade e confiança junto ao profissional que o atender.

A entrevista semiestruturada foi aplicada aos profissionais que atuam no NAPNE, após a apresentação do projeto de pesquisa, para aqueles que assinaram e devolveram o TCLE. Objetivamos contribuir com a construção do *Guia para acolhimento de pessoas com TEA* do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

Na entrevista semiestruturada, buscamos detectar o perfil dos entrevistados para entender como o IFRO – *Campus* Porto Velho Calama se organiza para desenvolver o processo de inclusão com os alunos autistas na instituição e quais referenciais são utilizados para a inclusão dos alunos. Pautamo-nos também nas dificuldades encontradas para a efetivação da inclusão na prática. Por esse motivo, a entrevista foi realizada com os profissionais que atuam em cargos de coordenação e chefia, cuja função é disseminar a inclusão na instituição e apoiar os profissionais que lidam diretamente com a inclusão.

A entrevista semiestruturada foi elaborada com dez questões de opinião e sugestão, baseadas na análise de conteúdo de Bardin (2016), cujas opções de resposta incluem “opinião positiva, sugestiva ou não” do participante. As opiniões positivas e sugestivas apontam as necessidades de implementação das ações inclusivas. Analisando os resultados da entrevista semiestruturada, observamos que um dos profissionais entrevistados é mestre, o outro é doutor, e ambos acumulam experiência de dez anos na EPT. Com objetivo de entender melhor quais

são os conhecimentos desses profissionais sobre educação inclusiva no âmbito institucional, as ações desenvolvidas, as sugestões apresentadas e as dificuldades enfrentadas, descrevemos a entrevista semiestruturada.

Com a finalidade de compreender o que é inclusão, foi elaborada a questão 1: *O que é inclusão para você?* As respostas dos participantes da pesquisa estão descritas abaixo:

Profissional (A): É quando se dá oportunidade para as pessoas com necessidades especiais e igualdade de acesso a todos nas atividades desenvolvidas pela instituição, na adaptação de materiais adequados, como também na acessibilidade.

Profissional (B): É quando todos, independentemente da deficiência, têm acesso aos mesmos atendimentos em relação aos demais, quando são aceitos e respeitados pela sociedade.

A resposta do profissional (B) coaduna com a Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em seu art. 2º, inciso IV, a lei determina que, além dos demais direitos sociais, os autistas têm direito ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante. A EPT tem a missão de incluir as pessoas autistas, assim como faz com os demais alunos, “pois a educação é comprometida com a transformação social” (Kuenzer, 2021, p. 13). É com esse pensamento que o IFRO cumpre a sua função social, quando prevê nas bases conceituais o compromisso da transformação social de todos os inseridos em seu contexto.

Com o objetivo de compreender como a instituição trabalha a inclusão de pessoas autistas, elaboramos a questão 2: No seu modo de ver, a instituição trabalha ou procura trabalhar a inclusão de pessoas em condições de autismo? Por favor, comente a este respeito. Seguem as respostas dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Sim. Várias ações, desde adaptações e elaboração de materiais para os alunos até ações de divulgação e cursos de formação continuada para professores.

Profissional (B): Sim. Ações de formação continuada de professores, elaboração do PEI, oficinas práticas para professores, atendimentos individuais aos professores para orientações, acompanhamento dos alunos na transição do ensino médio para o ensino superior e acompanhamento no ensino superior, acompanhamento e atendimento aos pais.

Aqui, observamos que a instituição vem desenvolvendo várias ações para incluir os autistas no contexto escolar. Chamam atenção as ações de acompanhamento ao longo do percurso escolar do aluno autista e na transição entre um curso e outro. Ações como essa nos remetem a Freire (2013, p. 81), que pontua que a luta contra os obstáculos nos leva à humanização – que, para os homens, se torna um desafio. Quem lida com a inclusão sabe quais são esses desafios: é necessário ter empatia, colocar-se no lugar do outro e pensar nas

dificuldades que podem ser superadas por meio da colaboração para uma educação inclusiva e igualitária. Podemos observar que o IFRO desenhou em seu percurso esse caminho que conduz os autistas dentro da EPT à sua formação omnilateral.

Um fator importante na inclusão é a atuação dos profissionais da educação dentro do ambiente escolar. Para entender a atuação do profissional com relação às práticas inclusivas, elaboramos a questão 3: *Você se considera um(a) profissional atuante nas práticas e ações inclusivas propostas pela instituição para pessoas em condição de autismo? Por quê?* Seguem as respostas dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Não. Não fiz nenhum curso aprofundado, tenho conhecimentos básicos na área.

Profissional (B): Sim. Devido ao fato de ser membro da equipe do NAPNE, desde sua fundação, sempre ajudei na implantação das ações, cresci muito com as ações de inclusão realizadas na instituição, me sinto realizada com o trabalho que desenvolvo e estou sempre estudando e colaborando com as ações inclusivas.

Para compreender a educação inclusiva e atuar nela, é preciso adquirir conhecimentos científicos sobre o assunto. Além do conhecimento, é necessário empatia – como se observa na resposta do profissional (B), que demonstra sentimentos por sentir-se realizada, gostar do que faz e estudar sobre o assunto continuamente.

O conhecimento transforma não apenas a pessoa que busca: transforma o meio em que se vive, conforme descrevem as bases teóricas discutidas na EPT – função importante e inerente ao ser humano. Araújo (2014) enfatiza que o conhecimento também deve ser apresentado através das ferramentas culturais, uma vez que elas permitem aos jovens desenvolver as habilidades comunicativas e o raciocínio lógico. É necessário que todos adquiram conhecimentos sobre a inclusão do autista na escola, pois se trata de pessoas sensíveis – e cada pessoa demonstra um comportamento diferente.

Quanto à atuação dos entrevistados nas práticas inclusivas do contexto escolar, elaboramos a questão 4: *Caso se considere atuante nas práticas e ações inclusivas propostas pela instituição, fale quais ações você realiza. Como são? Por favor, explique a respeito.* Segue a descrição dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Não me considero atuante, ainda, devido a estar ligado a outro setor.

Profissional (B): Sim. Direciono as atividades de formação continuada para professores, oficinas práticas, atendimentos, acompanhamento de alunos e pais e equipe de profissionais.

É fato que a inclusão deve acontecer com o avanço das legislações. O direito das pessoas autistas garantiu um cenário importante sobretudo nas escolas, como pudemos observar no gráfico 1 (p. 38), que trata da evolução do número de matrículas no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama entre 2020 e 2024. Essa questão foi elaborada a fim de compreendermos como as ações de inclusão vêm se desenvolvendo.

Um fato a se observar é que a atuação nas práticas inclusivas ainda está ligada ao setor responsável pela inclusão na instituição – considerando, aqui, as atribuições dos cargos e funções. Porém, nesse sentido, um guia para acolhimento de pessoas autistas irá colaborar também com os demais setores que não estão ligados à inclusão. O profissional de qualquer área dentro da instituição poderá entender de forma mais clara como uma pessoa com autismo se comporta ao deparar-se com qualquer situação – na quadra, nos corredores, no pátio, nas atividades ao ar livre, em rodas de conversa com outros alunos, na praça de alimentação e outros locais – e saberá como acolher esse estudante. Dessa forma, a escola poderá desenvolver uma educação inclusiva colaborativa.

Na linha desse raciocínio de uma educação colaborativa, elaboramos a questão 5: *Em quais momentos e circunstâncias no contexto escolar você identifica práticas inclusivas destinadas ao público-alvo, pessoas em condição de autismo? Como isso acontece? Por favor, explique a respeito.* Segue, abaixo, a descrição dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Oficinas, cursos de formação continuada, ações de divulgação do tema.

Profissional (B): Envolvimento de alunos (com intervenções individuais) em jogos escolares, Semana de Educação para a Vida, intervenções na sala de aula, juntamente com a equipe, inclusão de alunos na equipe para realização de intervenções na sala de aula, treinamento dos jogos, envolvimento em atividades em grupo e em todas as atividades propostas pela instituição, como apresentações de trabalhos em outros institutos fora do estado.

Conforme as falas dos entrevistados, são notáveis as ações realizadas com os estudantes autistas matriculados na instituição, que incluem ações práticas com intervenções individuais devido ao fato de cada aluno comportar-se de modo diferente. Resultados como esses são fruto do conhecimento e da formação continuada dentro do ambiente escolar, confirmados nas falas dos participantes da pesquisa. A formação continuada subsidia o trabalho da equipe, direcionando seus passos. Nessa perspectiva, Manacorda (2007, p. 20) traz à memória os pensamentos de Marx, que nos ajudam a compreender as relações atuais de poder da sociedade,

quando diz: “Faz, pois, todo o sentido levá-lo em conta no nosso esforço em compreender radicalmente a problemática educacional da nossa época”.

Acreditamos que o esforço realizado pela instituição, no sentido de acompanhar individualmente cada estudante autista, não será em vão; o IFRO está cumprindo seu papel e sua função social, que é também garantir o direito dos estudantes com equidade.

Nessa perspectiva, as políticas da educação inclusiva objetivam colocar em prática o que a legislação prevê: a escola, de fato, precisa oferecer uma educação transformadora. Para isso, as metodologias precisam estar em consonância com essa prática. Com base nessa premissa, elaboramos a questão 6: *Você considera que seja utilizada alguma metodologia ou procedimento para o desenvolvimento das ações destinadas ao público-alvo, pessoas em condição de autismo? Quais? Por favor, explique a respeito.* Segue, abaixo, a descrição dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Sim. Oficinas com os demais setores para discutir o tema e incluir o NAPNE na equipe gestora do IFRO.

Profissional (B): Instrumentalização tecnológica para acoplar os dados em um único sistema que facilite o acesso e o registro das informações dos alunos; alterações no SUAP, para manter as informações dos alunos em um campo só. Como metodologia para minimizar as barreiras de aprendizagem, implementar o PEI com base no desenho universal da aprendizagem e na taxonomia de Bloom, para melhor definição da aprendizagem e avaliação do aluno.

A educação inclusiva tem um papel importante na sociedade: vencer as barreiras atitudinais e o capacitismo existentes. Mudar as estratégias depende da adoção de metodologias que abarquem os recursos pedagógicos, a acessibilidade, o planejamento colaborativo e as experiências docentes compartilhadas, entre outros fatores.

Os participantes da pesquisa apontaram a necessidade de ações e instrumentos metodológicos com a finalidade de apoiar as práticas inclusivas para alunos com TEA na instituição. A inclusão deve ser pensada e discutida além da matrícula e da sala de aula: precisa envolver todos os profissionais que desenvolvem seu trabalho na educação para que, juntos, pratiquem um trabalho colaborativo.

O profissional (A) relatou a importância da realização de oficinas junto aos demais setores para discutir o tema, e não parou por aí: a sugestão de incluir o NAPNE na equipe gestora do IFRO possivelmente trará benefícios significativos para a condução das ações inclusivas da instituição. Quando se tratar da implantação de políticas públicas de inclusão, o

IFRO terá maior facilidade para disseminar o tema, uma vez que ele atingiu esferas maiores e será discutido com mais agilidade.

Além da sugestão apontada pelo profissional (A), o profissional (B) destacou a importância da instrumentalização tecnológica para maior mobilidade e acessibilidade dos registros e informações dos alunos autistas. Essa sugestão é importante, pois estamos vivendo na era digital – e a tecnologia facilita o trabalho em tempo e espaço.

Pensando na sala de aula, no planejamento do professor e na avaliação da aprendizagem do aluno autista, o profissional (B) sugeriu metodologias com base no desenho universal da aprendizagem e na taxonomia de Bloom, métodos importantes e significativos para minimizar as barreiras de aprendizagem dos estudantes e facilitar implementação do PEI. Assim, conforme Ramos (2014) e Frigotto (2008), a escola reforça seu papel de propulsora do combate às desigualdades sociais munindo as pessoas de conhecimento.

Nesse sentido, para compreendermos as ações realizadas com os demais profissionais da instituição, elaboramos a questão 7: *Você poderia comentar um pouco a respeito das ações que são realizadas junto aos demais profissionais da instituição?* Seguem, abaixo, as respostas dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Sim. Todas as ações do NAPNE são discutidas em conjunto com os demais departamento e setores.

Profissional (B): Sim. Processo contínuo de formação continuada de professores através de projeto definido, específico, com oficinas práticas de elaboração do PEI, realizadas por curso ofertado que tem aluno incluso; divisão de alunos em grupos de prioridades para melhor atendimento; práticas de elaboração do PEI de acordo com o nível do aluno; formação teórica sobre o assunto.

Defendemos uma educação inclusiva, partilhada e discutida por todos. O profissional (A) explicou que todas as ações propostas pelo setor de inclusão (NAPNE) são levadas ao conhecimento dos departamentos e setores da instituição. Isso é fundamental para assegurar as políticas públicas existentes e fortalecer a implantação das demais. São necessárias ações gerenciais, uma vez que as políticas públicas necessitam desse elo para funcionar – assim como o professor precisa dos instrumentais pedagógicos e das orientações para realizar seu trabalho. Nesse sentido uma ação complementa a outra.

Nessa linha de raciocínio, o profissional (B) citou as ações realizadas que envolvem o projeto de formação continuada, elaborado e estruturado para a formação contínua de professores, com oficinas práticas de elaboração de instrumentais como o plano educacional

individualizado – ofertadas por curso e por turma em que os alunos estão inclusos –, além do atendimento individual por prioridades e a formação teórica sobre o PEI.

O PEI, em sua elaboração, deve considerar o trabalho colaborativo com o envolvimento de profissionais, professores e pais na tomada de decisões e na responsabilização durante o processo de inclusão da pessoa autista. Conforme Damiani (2008), a colaboração fortalece as ações que serão colocadas em prática.

Notamos, aqui, que o IFRO tem valorizado o aluno autista – priorizando o atendimento individualizado, conforme requer a especificidade de cada aluno com TEA –, os professores e os demais profissionais que atuam na instituição. Desse modo, as ações se complementam e ganham força para vencer os paradigmas de uma sociedade que resultou de uma educação tradicional, conteudista e voltada apenas para uma determinada classe.

Quanto às bases conceituais da EPT, cujo foco é atender aos estudantes e colaborar para que eles transformem sua realidade política, econômica e social, ainda são necessárias ações que favoreçam práticas inclusivas já existentes. Assim, elaboramos a questão 8: *O que você sugere para colaborar nas ações e práticas já existentes? Quais? Por favor, explique a respeito.* Segue a descrição dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Sugiro o uso do crachá para a identificação dos alunos autistas e material prático voltado a essa temática.

Profissional (B): Ampliação dos recursos financeiros de esferas maiores; ampliação do espaço físico e dos equipamentos, além de políticas públicas que sejam voltadas para a quebra de barreiras atitudinais em nível nacional para atendimento local.

As sugestões aqui apontadas complementam as ações existentes na instituição e fortalecerão o trabalho dos profissionais. O profissional (A) sugeriu que a instituição adote o uso do crachá para os estudantes autistas e disponibilize materiais práticos voltados ao tema. Quanto ao material prático, acreditamos que o *Guia para acolhimento de pessoas com TEA* contribuirá para a compreensão do assunto, para sanar as dúvidas sobre o espectro autista e para aprofundar os conhecimentos sobre o tema.

[...] o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo necessita ser um conhecedor do transtorno e de suas características, de modo a compreender as reações, limitações e possibilidades de desenvolvimento do estudante com TEA (Kokkonen, 2021, p. 21).

Além das sugestões propostas, o profissional (B) sugeriu que é necessário recursos federais, suficientes para o atendimento inclusivo na EPT, sugere também a ampliação do

espaço físico para melhor atender à demanda, com equipamentos e mobiliários adequados. Por fim, afirmou que políticas públicas voltadas à quebra de barreiras atitudinais são igualmente necessárias.

Ao nos depararmos com a realidade da inclusão escolar, entendemos a necessidade de maior atenção às políticas públicas inclusivas em nível nacional. O debate deveria começar nas esferas maiores para fortalecer o trabalho das localidades, inclusive com o apoio de materiais temáticos inclusivos e específicos. Com base nisso, elaboramos a questão 9: *Você possui algum material específico como referência para realizar seu trabalho? Qual? Por favor, comente sobre o material.* Seguem as respostas dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Não. Quando tenho dúvidas, consulto a internet.

Profissional (B): Não. Trabalhamos com compêndios de materiais, para consulta realizamos pesquisa na internet.

Os profissionais responderam que ainda não dispõem de um material específico sobre o tema e utilizam a internet para pesquisas. Entendemos que um material prático não vai abarcar todo o conhecimento sobre autismo, até porque a dimensão do assunto é infindável; no entanto, pode oferecer dicas para compreendê-lo e sugerir o aprofundamento do assunto.

Para finalizar a entrevista, elaboramos a questão 10: *Você sugere algum material prático para apoio ao trabalho do NAPNE? Qual? Fale a respeito.* Seguem as respostas dos participantes da pesquisa:

Profissional (A): Sugiro um material prático, de fácil acesso a todos os servidores, e que esse material seja inserido no programa de ambientação dos servidores.

Profissional (B): Sugiro materiais para auxiliar o planejamento do professor para alunos autistas de acordo com o desenho universal da aprendizagem e a taxonomia de Bloom.

As sugestões foram significativas e de grande relevância para o fortalecimento das ações já existentes. Pensar em ações práticas que agilizam a vida das pessoas é necessário; com a evolução da tecnologia, esse material sugestivo pode ser inserido, conforme relatou o profissional (A), no programa de ambientação dos servidores. Esse “ambiente” já comporta outros materiais e atribuições de cargos; um material prático por meio do qual o servidor possa tirar dúvidas é uma excelente sugestão ao se tratar de inclusão em ambiente escolar. Temos que lutar por um mundo com pessoas autônomas e conscientes do seu papel na sociedade; conforme os pensamentos de Kuenzer (2017, p. 14), “se não é possível apreender a realidade, também não é possível transformá-la”.

As intervenções para apoiar os professores em sala de aula na perspectiva da educação inclusiva são de suma importância, considerando que os debates sobre planejamento inclusivo

são pouco problematizados. O profissional (B) sugeriu materiais para auxiliar o professor em seu planejamento didático para os alunos autistas com fundamentação no desenho universal da aprendizagem e na taxonomia de Bloom. Proporcionar meios para incluir pessoas é um ato humanitário de quem tem empatia pela causa.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva merece um olhar reflexivo, um olhar de compreensão, empatia e acolhimento dos sujeitos. Para Pimentel e Fernandes (2014), os profissionais e toda equipe escolar precisam ser orientados para lidar com os alunos em condição de autismo.

4.5 Elaboração do protótipo do produto educacional

Após a análise dos dados, iniciamos a elaboração do protótipo do produto educacional com o objetivo de propor aos profissionais do NAPNE o *Guia para acolhimento de pessoas com TEA*, contendo as evidências científicas para entendimento do tema.

O produto educacional divide-se em apresentação e evidências científicas para auxiliar os profissionais da instituição e do NAPNE no acolhimento de pessoas com TEA. Para atender às necessidades desses profissionais, o guia foi sendo analisado e reestruturado durante o próprio processo de elaboração. A validação do produto educacional foi organizada por meio de um questionário, via Google Forms, cujo link foi encaminhado por e-mail aos participantes.

4.6 Avaliação do produto educacional

O guia digital do tipo informativo direcionado aos profissionais do NAPNE foi elaborado para colaborar com as políticas de inclusão já existentes no IFRO e apoiar os profissionais em suas práticas diárias com os estudantes autistas, conforme regem as bases conceituais da EPT, além de contribuir para a formação integral e omnilateral dos estudantes autistas matriculados no IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

O guia foi elaborado a partir do levantamento de dados bibliográficos da pesquisa documental, da reunião presencial e da entrevista semiestruturada junto aos profissionais do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama. Depois disso, houve a necessidade e a preocupação de avaliar o protótipo do guia digital, tendo por objetivo analisar a necessidade de adequação e aperfeiçoamento do produto.

A primeira versão do produto educacional e o link do questionário digital via Google Forms (apêndice G) foram encaminhados aos profissionais participantes da pesquisa por e-mail.

O questionário contemplou questões abertas e fechadas que trataram da satisfação em relação ao produto, considerando os seguintes aspectos: comunicação visual e escrita, compreensão e utilidade do material, objetividade, clareza e relevância. Para assegurar o sigilo das identidades dos participantes, empregamos o código alfabético (letras A e B) para identificá-los.

Na análise e discussão dos resultados, as questões do formulário foram elaboradas com o objetivo de receber dados avaliativos do produto. O questionário foi construído com duas estruturas: o primeiro bloco contemplou sete questões abertas e uma questão para sugestões; o segundo bloco contemplou quatro questões abertas, apoiadas na escala Likert, tendo como opções de resposta “sim” ou “não” – a maior quantidade de “sim” indica a satisfação com o produto; a maior quantidade de “não” e/ou “não se aplica” indica insatisfação com o produto. O quadro 3 exibe as respostas dos profissionais.

Quadro 3 – Análise e validação do produto educacional

Avaliação da estrutura do produto educacional	
Material útil	(x) Sim () Não () Não se aplica
Pode ser recomendado	(x) Sim () Não () Não se aplica
Possui orientações objetivas	(x) Sim () Não () Não se aplica
Possui referências	(x) Sim () Não () Não se aplica
Tamanho da letra acessível	(x) Sim () Não () Não se aplica
Ilustrações são adequadas	() Sim (x) Não () Não se aplica

Fonte: elaborado pela autora (2024), com base nos resultados da pesquisa.

De acordo com o quadro 3, é possível compreender que houve um registro insatisfatório nas avaliações dos profissionais em relação ao produto educacional, que contribuiu significativamente para a adequação e a melhoria do guia. Assim, a avaliação demonstrou que o *Guia para acolhimento de pessoas com TEA* obteve boa aceitação pelos profissionais avaliadores.

Quanto às questões abertas do questionário respondido pelos profissionais participantes da pesquisa, utilizamos o quadro 4 para melhor visualização e compreensão das respostas dos avaliadores.

Quadro 4 – Transcrição das respostas dos profissionais ao questionário de avaliação do guia

Profissional	Pergunta 1: O que você sugere para aprimorar a estrutura do produto educacional?
A	Compreendo que as ilustrações devam ser ajustadas para uma melhor resolução, pois as imagens tornam o produto mais atrativo e prendem a atenção e o interesse do leitor.
B	A inserção de mais figuras ilustrativas.
Profissional	Pergunta 2: Quais as dúvidas encontradas neste produto educacional?
A	Nenhuma.
B	No entanto, não há dúvidas, pois as informações são bem objetivas.

Profissional	Pergunta 3: Para você, qual a utilidade desse produto na educação?
A	Trazer informações a respeito do tema, com base na pesquisa científica.
B	Informar pessoas a respeito do assunto; em muitos casos, há negligência do atendimento na escola por falta de conhecimento. Esse produto traz justamente essas informações, o conhecimento. Não tem como alguém acolher uma pessoa com TEA sem o conhecimento.
Profissional	Pergunta 4: Você tem necessidade de formação sobre o tema para desenvolver seu trabalho?
A	Sim. Porque o assunto é complexo e cada pessoa reage de uma maneira diferente, então o aprendizado deve ser adequado. Isso demanda estudos e conhecimentos teóricos. Além do espectro que a pessoa possui, existem as comorbidades e as patologias, necessitando de mais conhecimentos sobre o assunto. Por isso, há uma necessidade de formação continuada sempre.
B	Sim. Devido à complexidade do espectro, a formação continuada sobre o tema é imprescindível em qualquer área de atuação profissional na escola, assim como eu acredito que para mim é uma necessidade.
Profissional	Pergunta 5: De que maneira esse produto educacional vai contribuir na sua carreira profissional?
A	A partir do conhecimento científico produzido neste material, poderei aprofundar os meus conhecimentos, fazer cursos de aperfeiçoamento, para aprimorar a minha carreira profissional.
B	Despertou a curiosidade de pesquisar mais sobre o assunto, para poder ajudar as pessoas com TEA e seus familiares, pois cada uma reage diferente.

Fonte: elaborado pela autora (2024), com base nos resultados da pesquisa.

Observa-se que, no quadro 4, as respostas dos entrevistados confirmam que o objetivo proposto para o produto educacional foi alcançado de forma satisfatória, tendo em vista que os participantes da pesquisa reconheceram a importância e os benefícios do *Guia para acolhimento de pessoas com TEA*. De acordo com os entrevistados, o produto traz conhecimentos com base científica para compreender os sinais e comportamentos atribuídos ao espectro, como também sugere o aprofundamento dos estudos sobre o assunto, levando o sujeito à curiosidade de aprender e buscar mais sobre o tema.

Quanto às indicações de melhorias, como a formatação da fonte dos textos e ilustrações, elas serão acatadas na versão final do produto educacional. A resposta do profissional (A) – “Compreendo que as ilustrações devam ser ajustadas para uma melhor resolução, pois as imagens tornam o produto mais atrativo e prendem a atenção e o interesse do leitor” – fica como sugestão para futuras pesquisas, com vistas ao desenvolvimento de uma cartilha ilustrativa com menos textos, de fácil leitura, que atenda ao público em geral – uma proposta interessante para a elaboração de outros produtos.

Em síntese, entende-se que os entrevistados participantes da pesquisa concordaram que o guia contribui para o conhecimento e enfatiza o aprofundamento da pesquisa e da busca por formação continuada sobre o tema.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional *Guia para acolhimento de pessoas com TEA: contribuições do IFRO – Campus Porto Velho Calama*, cujo público-alvo são os profissionais que atuam no NAPNE da instituição, é resultado da pesquisa de mestrado intitulada *Acolhimento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na educação profissional e tecnológica (EPT) do IFRO – Campus Porto Velho Calama*, desenvolvida junto ao ProfEPT.

A opção pela elaboração do *Guia para acolhimento de pessoas com TEA* teve como objetivo colaborar com as políticas públicas existentes na instituição e transferir o produto educacional para o NAPNE, a fim de que os profissionais possam utilizá-lo como instrumento de trabalho baseado em evidências científicas para a organização das práticas inclusivas dos estudantes com TEA.

O produto educacional engloba os conhecimentos básicos sobre o tema, traz subsídios para os profissionais e conduz as ações cotidianas na instituição, uma vez que o conhecimento possibilita ao “educador acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno” e, dessa forma, contribuir para a sua permanência na escola (Fumegalli, 2012, p. 40).

Com a intenção de colaborar com os profissionais do NAPNE, a elaboração do produto educacional *Guia para acolhimento de pessoas com TEA: contribuições do IFRO – Campus Porto Velho Calama* ocorreu após encontro presencial e entrevista semiestruturada com os participantes. A primeira versão do produto foi avaliada pelos profissionais participantes da pesquisa por meio de formulário do Google Forms enviado por e-mail. Segue, abaixo, a apresentação das informações gerais sobre o guia.

Quadro 5 – Apresentação do produto educacional

Principais informações sobre o produto educacional	
Origem do produto educacional	Trabalho de dissertação “Acolhimento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na educação profissional e tecnológica (EPT) do IFRO – <i>Campus Porto Velho Calama</i> .”
O que é o produto educacional?	Refere-se a um material bibliográfico com base em evidências científicas, cujo objetivo é colaborar com as políticas públicas existentes na instituição, desenvolvidas pelos profissionais do NAPNE com os estudantes com TEA do IFRO – <i>Campus Porto Velho Calama</i> . O guia contém referências bibliográficas sobre o TEA, dicas e orientações para aprofundamento do tema.
Área de conhecimento	Educação
Objetivo	Colaborar com a inclusão dos estudantes autistas na perspectiva da formação integral e omnilateral na EPT do IFRO – <i>Campus Porto Velho Calama</i> , por meio do <i>Guia para acolhimento de pessoas com TEA</i> .
Público-alvo	Profissionais que atuam no NAPNE do IFRO – <i>Campus Porto Velho Calama</i> .

Finalidade	Contribuir com as políticas públicas existentes para as pessoas com TEA do IFRO – <i>Campus</i> Porto Velho Calama.
Organização do produto educacional	Apresentação, fundamentação teórica, consideração finais e referências.
Divulgação	Formato digital
Avaliação do produto educacional	A avaliação do <i>Guia para acolhimento de pessoas com TEA</i> foi realizada por dois profissionais do IFRO – <i>Campus</i> Porto Velho Calama.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O formato digital do material produzido foi escolhido devido ao alcance de um número maior de pessoas interessadas no tema, considerando a facilidade de compartilhamento de arquivos por meio da internet. O guia ficará disponível no repositório do ProfEPT, na página do IFRO e na biblioteca do *Campus* Porto Velho Calama, e também para os profissionais que atuam no NAPNE do *Campus* Porto Velho Calama – e será compartilhado nas redes sociais da pesquisadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando à contribuição no âmbito educacional, apesar das barreiras que levam as pessoas com autismo a conquistar seus espaços, são necessários estudos e pesquisas que contribuam para a melhoria desses espaços. As pesquisas sempre serão bem-vindas para propor ideias aplicáveis à realidade. O debate sobre o tema precisa ser tratado de maneira que vise à formação integral da pessoa em condição de autismo na EPT, a fim de que ela consiga superar as limitações da própria condição, pois o objetivo da EPT é preparar seus sujeitos para o mundo do trabalho.

Assim, no decorrer da pesquisa, buscamos fundamentações teóricas sobre o tema na perspectiva da inclusão escolar de acordo com os princípios da categoria da escola unitária, voltada à formação humana em sua totalidade – pois acredita-se que a escola, por meio de seus intelectuais, é o instrumento mais importante para a conquista da cidadania, uma vez que “a experiência do indivíduo e do seu grupo é tanto ou mais decisiva quanto a possível influência dos meios de comunicação de massa” (Badaloni *et al.*, 1988, p.67).

Nessa linha de raciocínio, criamos este produto educacional que vai ao encontro dos princípios da escola unitária seguidos pelo IFRO, e que poderá contribuir para a efetivação das políticas públicas existentes e também para a produção do conhecimento.

Ao longo de seu desenvolvimento, este produto educacional contou com a participação dos profissionais do IFRO, que enriqueceram a produção de conhecimentos teóricos através da entrevista e da roda de conversa. O objetivo deste material é instruir e compartilhar conhecimentos sobre o TEA; o guia pode ser útil na aplicação e no desenvolvimento das atividades diárias da instituição.

O *Guia para acolhimento de pessoas com TEA* é um estimulador para o aprofundamento das pesquisas sobre o tema, tendo em vista que a demanda de conhecimentos é infindável em razão do próprio espectro. Diante do exposto, o guia não representa o fim de uma pesquisa, e sim um começo para novas pesquisas, novas indagações e possibilidades de criação de vários produtos, considerando que esse caminho abre um leque de possibilidades para a produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Trad. Maria Inês Correa Nascimento e colaboradores. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina B. F. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no ensino fundamental I. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 1, p. 45-58, 2018.
- ARAÚJO, Ronaldo M. de L. *Práticas pedagógicas e ensino integrado*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 7).
- BADALONI, Nicola *et al.* *Gramsci e a América Latina*. Org. e trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BARBOSA, Amanda M.; ZACARIAS, Jaqueline da C.; MEDEIROS, Kesia N.; NOGUEIRA, Ruth K. S. O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 11, 2013, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 19776- 19792.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 28, supl. 1, p. s47-s53, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 153, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*, e legislação correlata. 9. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010. (Série Legislação, n. 83)
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 131, n. 233, p. 1, 8 dez. 1993.
- BRASIL. Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 132, n. 123, p. 1, 30 jun. 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 138, n. 216-E, p. 1, 9 nov. 2000.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 142, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 149, n. 250, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016. Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 153, n. 238, p. 1, 13 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 158, n. 6, p. 1, 9 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e diretrizes*. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Saberes e práticas na inclusão: avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais*. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL ocupa nono lugar em ranking de desigualdade social. *Jornal Edição do Brasil 40 anos*, Belo Horizonte, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2021/07/09/brasil-e-o-nono-pais-com-mais-desigualdade-social-no-mundo/>. Acesso em: 28 out. 2022.

CASTILHO, Ana Flávia de A. N.; SANT'ANNA, Camila; ALONSO, Ricardo P. A supressão dos direitos humanos dentro do maior manicômio do Estado brasileiro. *REGRAD*, Marília, v. 10, n. 1, p. 219-233, out. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, Eugênio. *Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

DAMIANI, Magda F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 24, n. 31, p. 213-230, 2008.

FAVORETTO, Natalia C.; LAMÔNICA, Dionísia A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 1, p. 103-116, jan.-mar. 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de A. *Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?* 2012. 49 f. Monografia (Especialização em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA. *Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 3 de outubro de 2011*. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2011.

KOKKONEN, Roselaine L. F. *Inclusão educacional de estudantes com transtorno do espectro autista: uma análise das experiências do Instituto Federal de Rondônia, da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia e da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia*. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em EPT) – Instituto Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

KUENZER, Acacia Z. A constituição de uma educadora. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e81442, 2021.

KUENZER, Acacia Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun. 2017.

LE MOS, Emellyne L. M. D.; SALOMÃO, Nádia M. R.; AQUINO, Fabiola S. B.; AGRIPINO-RAMOS, Cibele S. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Revista de Psicologia*, v. 28, n. 3, p. 351-361, set.-dez. 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas: Alínea, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Alínea, 2007.

MARFINATI, Anahi C.; ABRÃO, Jorge Luís F. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. *Estilos da Clínica*, v. 19, n. 2, p. 244-262, 2014.

MEGATÉRIO ESTÚDIO; ZIRALDO. *Autismo: uma realidade*. Belo Horizonte: Megatério Estúdio, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3b8YMQt8M7SeVlyUTBaOGlxUUU/view?resourcekey=0-1tgKloQZObc8IB-V49pWYA>. Acesso em: 21 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo, Brasília: Cortez, Unesco, 2000.

PEREIRA, Alessandra; PEGORARO, Luiz Fernando L.; CENDES, Fernando. Autismo e epilepsia: modelos e mecanismos. *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*, v. 18, n. 3, p. 92-96, 2012.

PIMENTEL, Ana Gabriela L.; FERNANDES, Fernanda D. M. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. *Audiol Commun Res.*, v. 19, n. 2, p. 171-178, 2014.

PORTO VELHO. Lei nº 2.782, de 14 de dezembro de 2020. Institui, no âmbito do Município de Porto Velho, política pública para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e dá outras providências. *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia*: Porto Velho, ano 12, n. 2864, p. 146, 21 dez. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5).

RIZATTI, Ivanise M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO: Docência em Ciências*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio.-ago. 2020.

RONDÔNIA. Lei ordinária nº 2.847, de 05 de setembro de 2012. Institui o Sistema Estadual de Assistência à Pessoa Autista. *Diário Oficial do Estado de Rondônia*: Porto Velho, ano 29, n. 2055, p. 77-78, 10 set. 2012.

SANINI, Cláudia; SIFUENTES, Maúcha; BOSA, Cleonice A. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 99-105, jan.-mar. 2013.

SILVA, Airton Marques da. *Metodologia da pesquisa*. 2.ed. rev. Fortaleza: EDUECE, 2015.

SILVEIRA, Renato D. Psicanálise e psiquiatria nos inícios do século XX: a apropriação do conceito de esquizofrenia no trabalho de Hermelino Lopes Rodrigues. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 582-596, set. 2009.

STELZER, Fernando G. *Uma pequena história do autismo*. São Leopoldo: Associação Mantenedora Pandorga, 2010. (Cadernos Pandorga de Autismo, v. 1).

APÊNDICE A

Encarte do produto educacional *Guia para acolhimento de pessoas com TEA: contribuições do IFRO – Campus Porto Velho Calama*

Autora: Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes

1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO OU PRODUTO EDUCACIONAL

a. Introdução/justificativa (apresentação da proposta):

Este produto educacional foi desenvolvido como requisito obrigatório do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Rondônia – *Campus Porto Velho Calama*; trata-se de um *Guia para acolhimento de pessoas com TEA: contribuições do IFRO – Campus Porto Velho Calama*. O produto foi elaborado para os profissionais que atuam no NAPNE do IFRO – *Campus Porto Velho Calama*, e pode ser utilizado em espaços formais e não formais.

Quanto à sua aplicabilidade, este material pode ser utilizado no contexto escolar em geral, por professores das salas de recursos multifuncionais e da educação básica e por profissionais que atuam nos NAPNEs dos Institutos Federais de Educação; pode também ser utilizado pela sociedade de modo geral, em locais que recebem pessoas autistas, como igrejas, associações, clubes e demais locais públicos.

b. Objetivos:

O principal objetivo da pesquisa foi elaborar este guia com a colaboração dos profissionais que atuam no NAPNE do IFRO – *Campus Porto Velho Calama* e transferi-lo para apoiar os profissionais no acolhimento de pessoas autistas na instituição, bem como para colaborar com a política de inclusão já existente no *Campus*, com as ações inclusivas e a formação integral e omnilateral dos estudantes autistas.

A intenção é que o produto educacional possa ser utilizado por professores de sala de aula, profissionais de apoio e toda equipe escolar, especialmente pelos profissionais do NAPNE

– que são os condutores das políticas de inclusão da instituição –, bem como por quaisquer pessoas interessadas em conhecer e aprofundar os conhecimentos sobre o tema.

- c. Procedimentos metodológicos (passo a passo das etapas de construção e aplicação do produto):

Primeiramente, foi escolhido o público-alvo deste produto: os profissionais que atuam no NAPNE do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama. Em seguida, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental pertinente à temática abordada. De acordo com Gil (2002, p. 62), a pesquisa documental é vantajosa por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes para participar, voluntariamente, da pesquisa. Os dados coletados (por meio de roda de conversa, entrevista semiestruturada, questionário para avaliação e outros instrumentos) foram apreciados por meio da análise de conteúdo, pautada nos conceitos de Bardin (2016).

A finalização aconteceu por meio da validação do produto educacional pelos profissionais que atuam no NAPNE. Os avaliadores apontaram os pontos positivos e negativos do produto e fizeram críticas e sugestões de melhorias, que foram analisadas e consideradas e que serviram para refinar este material didático.

- d. Materiais utilizados:

Este produto educacional ficará disponível na Biblioteca e no NAPNE do *Campus* Calama para todos os profissionais que queiram utilizá-lo, com o objetivo de colaborar com a inclusão dos estudantes autistas na perspectiva da formação integral e omnilateral da EPT do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama – IFRO.

O guia para acolhimento aqui disponibilizado é voltado aos profissionais que atuam no NAPNE do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama. Ao utilizar o material, os profissionais poderão aplicar técnicas com evidências científicas comprovadas para acolher os estudantes e apoiar os professores em sala de aula.

Ressaltamos que as evidências científicas apontadas são apenas sugestões para contribuir com o trabalho que já vem sendo realizado pelos profissionais do NAPNE; por esse motivo, não se deve limitar-se a elas. Este produto não tem a intenção de se colocar acima de outros materiais e ferramentas educacionais, mas sim contribuir com os profissionais que queiram aplicar suas sugestões com base científica comprovada.

e. Formas de utilização do produto educacional:

Este guia de acolhimento será, a princípio, disponibilizado em formato digital, de maneira que os materiais utilizados, até o presente momento, estão relacionados à pesquisa e às ferramentas para edição de texto. Em referência ao estudo bibliográfico que deu suporte a este material, destaca-se a literatura de Bianchi, Lepre e Campanharo (2023), Doubrawa e Menezes (2023) e Homercher *et al.* (2024). No entanto, será utilizada a ferramenta de edição de textos Word como base para dar forma a este material didático.

2. IMPACTO SOCIAL

O *Guia para acolhimento de pessoas com TEA* está sustentado nos princípios defendidos pela categoria da escola unitária, voltada à formação humana integral e omnilateral, à compreensão da realidade e aos conceitos da EPT. Nesse sentido, a escola, através de seus intelectuais, é o instrumento mais importante para a conquista da cidadania, pois “a experiência do indivíduo e do seu grupo é tanto ou mais decisiva quanto a possível influência dos meios de comunicação de massa” (Badaloni *et al.*, 1988, p. 67).

Seus objetivos são essenciais e de natureza nobre, pois tem a intenção de contribuir com a inclusão dos que lutam para fazer valer a lei. Diante disso, o impacto social pretendido com este produto educacional é a pessoas autistas inclusas na escola e na sociedade. O poder que a escola exerce na formação humana como organismo social vai além dos conceitos de acesso e permanência, envolve a formação do sujeito como um todo e o prepara para o mundo do trabalho. Desse modo, as bases teóricas na EPT são basilares para uma função importante e inerente ao ser humano e às relações de poder em sociedade.

Conforme esse pensamento, o impacto social aqui esperado é que os estudantes autistas sejam acolhidos em todos os ambientes da instituição, conforme enfatizam Ramos (2014) e Frigotto (2008), a escola é a grande propulsora para romper as bases sociais exclusivas, e a produção do conhecimento já é um instrumento de luta contra a exclusão.

Kuenzer (2017) enfatiza que a escola é a propulsora dos saberes e deve adaptar-se às novas demandas advindas do preparo dos sujeitos em sua totalidade, e precisa compreender esse sujeito para transformá-lo. Desse modo, a educação inclusiva também merece um olhar reflexivo, um olhar de entendimento, compreensão e acolhimento dos sujeitos. Segundo

Pimentel e Fernandes (2014), os profissionais e toda a equipe escolar precisam ser orientados para lidar com a inclusão.

Assim, a escola precisa formar sujeitos críticos, reflexivos e autônomos no mundo do trabalho. É importante debater e refletir no ambiente escolar; práticas como essas quebram os modelos da educação tradicional conservadora.

APÊNDICE B

Termo de aceite de orientação

Eu, Iza Reis Gomes, professora e orientadora credenciada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), declaro para os devidos fins que aceito orientar a mestranda Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira, comprometendo-me a acompanhar a pesquisadora, em todas as etapas da pesquisa, intitulada “Proposta de um Produto Educacional Prático e Pedagógico para Acolhimento de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista-TEA da Educação Profissional e Tecnológica-EPT do IFRO *Campus Calama Porto Velho*” e tenho conhecimento da submissão do projeto na Plataforma Brasil.

Porto Velho-RO, 26 de dezembro de 2023.

Iza Reis Gomes
Professor(a) orientador(a)

APÊNDICE C

Declaração de não início das etapas que envolvem seres humanos

Eu, Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira, aluna regularmente matriculada no Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, turma 2022, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), portadora do RG 624505 SSP/RO, declaro para os devidos fins que só iniciarei a pesquisa com seres humanos, tendo como tema “ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA”, após a aprovação do CEP. Comprometo-me a cumprir integralmente as legislações que dispõem sobre a ética em pesquisa que envolve seres humanos, sendo as principais a Resolução CNS nº 466/2012 e a Resolução CNS nº 510/2016.

Porto Velho-RO, _____/_____/de 2024.

Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira
Pesquisadora

APÊNDICE D

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) – docentes

Prezado(a) servidor(a)

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – *Campus* Porto Velho Calama, intitulada “ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA”.

Trata-se de um estudo aplicado, de natureza qualitativa, que se desenvolverá com a aplicação de uma entrevista semiestruturada, como instrumento de coleta de dados, com os profissionais que atuam no NAPNE do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – *Campus* Porto Velho Calama.

As entrevistas serão realizadas individualmente, de forma presencial e agendadas antecipadamente com data, local e horário. O celular será utilizado como recurso gravador de voz e áudio, e será feito o registro escrito com as questões norteadoras. Devido a ser uma conversa, não será possível prever o tempo exato em que a entrevista se estenderá; delimitamos cerca de 40 a 60 minutos.

Os participantes não terão obrigação de responder a todas as perguntas, e ficarão livres para responder parcialmente ou a todas as questões, conforme roteiro prévio organizado. As normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos estão fundamentadas na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que embasam legalmente a realização de pesquisas com envolvimento de seres humanos. Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco; para mitigá-los, esta pesquisa se pautará nas resoluções citadas.

No caso desta pesquisa, os riscos serão considerados mínimos, pois trata-se de uma pesquisa com entrevista semiestruturada, sem interferência na possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos entrevistados.

Os riscos mínimos envolvidos na pesquisa correspondem à possibilidade de incômodo no momento da pesquisa, no ato da entrevista, para responder aos itens de acordo com o interesse do pesquisador e à hipótese de indiferença pelos procedimentos realizados na ocasião

da pesquisa. Dentre esses fatores de risco a serem considerados na pesquisa que compreende a entrevista, a falta de roteiro e de atenção na elaboração dos itens e na maneira de conduzir a entrevista pode acarretar prejuízos como desinteresse, constrangimento, enfado ou tédio ao responder os itens, trazendo memórias de experiências negativas.

Para sanar esses riscos, como medida mitigatória, a entrevista será semiestruturada com critérios definidos, preservando o bom senso e a segurança. A entrevista prezarão por questões curtas e objetivas, com linguagem clara e precisa, para minimizar possível enfado ou desgaste físico.

Os sujeitos terão o direito de escolher não responder a questões que julgarem desagradáveis, garantido assim o direito de recusa. Os sujeitos não terão suas identificações reveladas, usaremos código alfabético para nominá-los (A, B, C, D, E).

No entanto, a entrevista será realizada de modo presencial, em um local reservado, tendo como instrumento para gravação o celular. A entrevista durará em média de 40 a 60 minutos apenas, sendo que o sujeito poderá desistir da entrevista a qualquer momento.

Para evitar a quebra de sigilo e o vazamento de informações, que podem ser um risco em pesquisas realizadas com seres humanos, os sujeitos não terão suas identidades reveladas, garantindo assim a integridade de todos os envolvidos na pesquisa.

Os dados coletados ficarão armazenados em um banco de dados digital, que permanecerá sob a guarda e a responsabilidade da pesquisadora por pelo menos cinco anos após o encerramento da pesquisa, conforme determinação da Resolução nº 510/2016, em seu art. 17, inciso VI, e deletado após o período indicado.

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados para acesso ao público em geral com sua pesquisa total; o nome ou qualquer informação sigilosa dos participantes não serão revelados em nenhum momento.

Com relação aos benefícios da pesquisa, acredita-se que buscar conhecimentos utilizados pelos profissionais do NAPNE, desde as estratégias e as metodologias utilizadas para acolhimento de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na educação profissional e tecnológica (EPT), propiciará a esses profissionais o fortalecimento de suas práticas diárias de modo crítico e reflexivo, relacionando a teoria e a prática.

A pesquisa beneficiará os profissionais do NAPNE com um material metodológico impresso e em novas mídias para apoiar o trabalho que vem sendo desenvolvido na instituição. Durante todo o percurso da aplicação do projeto de pesquisa, apresentado para fins de exame, conforme requer o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT),

serei acompanhada pela orientadora Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes, do Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama.

A pesquisadora ficará à disposição para prestar esclarecimentos referentes as dúvidas sobre a pesquisa. Se você concordar em participar, solicito a assinatura deste termo. Você poderá afastar-se da pesquisa a qualquer momento, sem constrangimento algum, bastando apenas informar diretamente à pesquisadora.

Reiteramos que sua identidade não será revelada, será mantida em total sigilo. O participante será identificado por meio de códigos alfabéticos (letras A, B, C, D, E) e assim permanecerá no anonimato.

Solicitamos ainda sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. Este termo de consentimento livre e esclarecido será assinado em duas vias, sendo que uma ficará em poder da pesquisadora e outra com o sujeito participante da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito serão mantidos em sigilo. Eu compreendo que, para esta entrevista, os procedimentos de tratamento serão de minha responsabilidade e que fui informado de que posso me retirar do estudo a qualquer momento. **Quanto ao registro das informações da entrevista por meio de gravação de imagem e áudio, eu:** () Autorizo a gravação () Não autorizo a gravação.

Nome por extenso. _____

Assinatura do participante da pesquisa

Local: _____ Data: ____/____/____.

Contatos dos responsáveis pela pesquisa junto a CONEP – PLATAFORMA BRASIL

Valdelice Rodrigues De Passos Oliveira

Pesquisadora

E-mail: valdelice.buritis@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes

Orientadora

E-mail: iza.reis@ifro.edu.br

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP/IFRO

Reitoria

Avenida Lauro Sodré, 6500 - Censipam - Aeroporto, Porto Velho - RO, 76803-260

Fone/Fax: (69) 2182-9201, (69) 2182-9602

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h

APÊNDICE E

Carta de anuência /autorização institucional

Eu, _____, RG n.º _____, declaro ter sido devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira A RESPEITO DA PESQUISA denominada: ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA, **ciente de** que a pesquisa será desenvolvida pela pesquisadora Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus* Porto Velho Calama sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes. A pesquisa tem por objetivo geral investigar como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Calama, se organiza para desenvolver a política de inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa 2, Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como macroprojeto 1 que versa sobre a história e memória da EPT local, regional e nacional, considerando o mundo do trabalho a partir de estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros. O formato de entrevista com questões sistematizadas e previamente organizadas será utilizado como ferramenta de coleta de dados, que poderá ser implementada ao longo da entrevista. As entrevistas serão aplicadas aos profissionais que atuam no Núcleo de **Atendimento** às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), sendo: Diretor(a) de Ensino da instituição, Coordenador(a) do NAPNE, Assistente Social e Psicólogo, por serem estes os coordenadores responsáveis pelo acompanhamento e **pela** implantação das ações inclusivas na instituição. Por ética, **esses** profissionais não serão identificados, serão utilizados códigos alfabéticos (A, B, C, D) para identificar os profissionais entrevistados. A entrevista só será realizada após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), assim como a devida autorização com antecedência. As entrevistas serão realizadas individualmente, de forma presencial, agendadas com antecedência, com data, local e horário. Será utilizado o celular como recurso gravador de áudio e, também, o registro escrito a partir das questões norteadoras, com a previsão do tempo entre 30 e 40 minutos. Os participantes não serão obrigados a responder **a** todas as perguntas, como também podem se

retirar da entrevista a qualquer momento. Para analisar os dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo, que ajuda o pesquisador na organização dos documentos que serão analisados até chegar à interpretação dos resultados. A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, e será aplicada aos profissionais que atuam no NAPNE: Diretor(a) de Ensino da instituição, Coordenador(a) do NAPNE, Assistente Social e Psicólogo. Para proteção dos participantes da pesquisa, serão coletadas as assinaturas através do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); eles serão contatados, previamente, por e-mail e/ou por telefone, por meio da Coordenação-Geral de Ensino do IFRO. Devido à pesquisadora possuir vínculo acadêmico com esta instituição, ela deseja desenvolver sua pesquisa sobre como o a instituição se organiza para implementar as políticas de inclusão para as pessoas em condição de autismo e as ações no âmbito institucional e assim deixar as contribuições desta pesquisa para o apoio nas políticas de inclusão da instituição. Tendo conhecimento da instituição e de suas formas de funcionamento, contribuirá para que os resultados da pesquisa sejam executados com êxito. Conforme expresso nas decisões do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o projeto de pesquisa prosseguirá da seguinte maneira: 1º- Autorização do Diretor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama, de acordo com a carta de anuência (apêndice E); 2º- Ser submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), sendo este responsável pela ética, pela avaliação e pelo acompanhamento em pesquisa com seres humanos, através da Plataforma Brasil. O produto educacional a ser elaborado contribuirá com as políticas inclusivas do IFRO, *Campus* Porto Velho Calama. O material será elaborado conforme propõe a revista *ACTIO: Docência em Ciências* (2020): um “material didático: produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação” das práticas pedagógicas. A instituição receberá uma cópia impressa e em novas mídias. Para elaboração, seguirá os seguintes passos: Pré-concepção da pesquisa do produto: 01) pesquisa; 02) análise e síntese; 03) prototipação do produto; 04) avaliação do produto; 05) análise dos resultados da aplicação; 06) revisão do produto (ACTIO, 2020). Após a aprovação, iniciaremos a pesquisa documental e com os sujeitos envolvidos. Assim, após todas as informações (objetivos, responsáveis, formas de coleta de dados, estratégias para a realização das entrevistas, possível criação do produto educacional) sobre a proposta do projeto, autorizo a realização e a aplicação da pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *Campus* Porto Velho Calama, ciente de que a publicação e a divulgação dos resultados contribuirão para a compreensão da proposta estudada e a produção de conhecimento científico.

Porto Velho-RO, ____/____ de 2024.

Assinatura do(a) Diretor(a)

Contatos dos responsáveis pela pesquisa junto a CONEP – PLATAFORMA BRASIL

Valdelice Rodrigues De Passos Oliveira

Pesquisadora

E-mail: valdelice.buritis@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes

Orientadora

E-mail: iza.reis@ifro.edu.br

APÊNDICE F

Roteiro de entrevista semiestruturada oral para os profissionais que atuam no NAPNE

Dados de identificação

Entrevistado(a):

Nome: (identificaremos com o código alfabético: A e B) Código: ()

Data da entrevista:

Local da entrevista:

Formação acadêmica:

Funções que desempenham:

Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – *Campus Porto Velho Calama*

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Questões da pesquisa

1. O que é inclusão para você?
2. No seu modo de ver, a instituição trabalha ou procura trabalhar a inclusão de pessoas em condição de autismo? Por favor, comente a este respeito.
3. Você se considera um(a) profissional atuante nas práticas e ações inclusivas propostas pela instituição para pessoas em condição de autismo? Por quê?
4. Caso se considere atuante nas práticas e ações inclusivas propostas pela instituição, fale quais ações você realiza. Como são? Por favor, explique a respeito.
5. Em quais momentos e circunstâncias no contexto escolar você identifica práticas inclusivas destinadas ao público-alvo, pessoas em condição de autismo? Como isso acontece? Por favor, explique a respeito.
6. Você considera que seja utilizada alguma metodologia ou procedimento para o desenvolvimento das ações destinadas ao público-alvo, pessoas em condição de autismo? Quais? Por favor, explique a respeito.

7. Você poderia comentar um pouco a respeito das ações que são realizadas junto aos demais profissionais da instituição?
8. O que você sugere para colaboração das ações e práticas já existentes? Quais? Por favor, explique a respeito.
9. Você possui algum material específico como referência para realizar seu trabalho? Qual? Por favor, comente sobre o material.
10. Você sugere algum material prático para apoio ao trabalho do NAPNE? Qual? Fale a respeito.

APÊNDICE G

Avaliação do produto educacional: formulário de validação

ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) DO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

Mestranda: Valdelice Rodrigues de Passos Oliveira

Data da avaliação: ___/___/_____

Caro(a) profissional,

Este é o momento da avaliação para aprimoramento do produto educacional. Por isso, conto com sua contribuição para responder a este questionário que é imprescindível para a pesquisa realizada. As valiosas contribuições enriquecerão a qualidade e a validação do produto educacional que será direcionado aos profissionais que atuam no NAPNE. Grata pela sua participação.

1. Estrutura do produto educacional

- | | | | |
|---|------------------------------|------------------------------|--|
| a) Material útil: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| b) Pode ser recomendado: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| c) Possui orientações objetivas: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| d) Possui objetivos/finalidades: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| e) Possui referências: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| f) Tamanho da letra acessível: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| g) Ilustrações são adequadas: | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| h) O que você sugere para aprimorar a estrutura do produto educacional? | | | |

2. Quanto à utilidade do produto no cotidiano:

- a) Para você, qual a utilidade desse produto na educação?
- b) Quais as dúvidas encontradas neste produto educacional?
- c) Você tem necessidade de formação sobre o tema para desenvolver seu trabalho?
- d) De que maneira esse produto educacional vai contribuir na sua carreira profissional?